Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1 NATUREZA DAS OPERAÇÕES

Aura Minerals Inc. ("Aura Minerals" ou "Companhia") é uma companhia de mineração focada na operação e desenvolvimento de propriedades minerais nas Américas.

A Aura Minerals é uma companhia de capital aberto com registro na Bolsa de Valores de Toronto (sob o código: ORA). A Companhia é incorporada sob Lei das Ilhas Virgens Britânicas (BVI Business Companies Act). A sede da Companhia está localizada em Craigmuir Chambers, PO Box 71, Road Town, Tortola VG1110, Ilhas Virgens Britânicas. A Companhia mantém uma sede administrativa na 78 SW 7th street, 7115, Miami Florida 33130, Estados Unidos da América.

O acionista majoritário da Companhia é a Northwestern Enterprises Ltd. ("Northwestern"), uma empresa de propriedade do Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração em 14 de fevereiro de 2020.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional, usando o custo histórico, exceto pelos ativos e passivos mensurados aos valores reavaliados ou ao valor justo no final de cada período de relatório, conforme explicado na Nota 3 - Sumário das Principais Políticas Contábeis. Além disso, essas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base no regime de competência, exceto pelas informações de fluxos de caixa.

A Companhia tem como política apresentar, para uso geral nos mercados em que atua, suas demonstrações financeiras consolidadas em inglês, de acordo com o IFRS e com a moeda de apresentação em dólares dos EUA. As presentes demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 estão sendo apresentadas em português e em Reais, de acordo com o item XI do Artigo 2, Anexo 3 da Instrução CVM № 480, de 7 de dezembro de 2009.

3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas contábeis foram aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados salvo disposição em contrário.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Critérios de consolidação

Controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Companhia e de todas as entidades sobre as quais detém controle. Todos os saldos, transações, receitas, despesas, lucros e prejuízos entre a Companhia e suas controladas, incluindo ganhos e perdas não realizados, foram eliminados na consolidação. A Companhia consolida suas investidas quando tem a capacidade de exercer controle.

O controle de uma entidade existe quando a Companhia está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder sobre a entidade. Especificamente, a Companhia exerce controle sobre uma entidade se, e somente se, todos os elementos a seguir estiverem presentes: 1) poder sobre a entidade (ou seja, direitos existentes que conferem à Companhia a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da entidade); 2) exposição ou direitos a retornos variáveis do seu envolvimento com a investida; e 3) a capacidade de usar o poder sobre a investida para dirigir as atividades relevantes da investida. Para controladas não integrais, os ativos líquidos atribuíveis a acionistas externos são apresentados como "participações de não controladores". Adicionalmente, qualquer lucro ou prejuízo do exercício atribuível a participações de não controladores é calculado com base na participação desses acionistas na controlada. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não há "participações de não controladores".

As principais controladas da Companhia com as operações e projetos de mineração correspondentes são:

- Minerales de Occidente, S.A. (Honduras) ("Minosa")
 - o A mina a céu aberto de ouro de San Andres em Honduras (a "Mina de San Andres")
- Mineração Apoena S.A. (Brasil) ("Apoena")
 - A mina a céu aberto Ernesto / A mina subterrânea Pau-a-Pique no Brasil (o "Projeto EPP")
 - A mina a céu aberto de ouro de São Francisco no Brasil (a "Mina de São Francisco")
 - A mina a céu aberto de ouro Japonês no Brasil (a "Mina Japonês")
 - A mina a céu aberto de ouro Lavrinha no Brasil (a "Mina Lavrinha")
- Aranzazu Holding S.A. de C.V. (México)
 - A mina subterrânea de Aranzazu no México (a "Mina de Aranzazu"), que produziu um concentrado de cobre-ouro-prata e atualmente está em produção comercial.
- Rio Novo (Brasil)
 - O Projeto de Ouro Almas ("Almas"), localizado no estado de Tocantins, Brasil
 - O Projeto de Ouro Matupá ("Matupá"), localizado no estado de Mato Grosso, Brasil
 - O Projeto de Ouro Tolda Fria ("Tolda Fria"), localizado no estado de Caldas, Colômbia

Apesar da Companhia deter somente 49% dos direitos de voto da Apoena, a Companhia entende ser beneficiária integral da investida, dado que recebe retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de interferir nesses retornos pelo poder de coordenar as atividades da investida. Consequentemente, Apoena é totalmente consolidada nestas demonstrações financeiras.

A Companhia utiliza o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. O valor justo da aquisição de uma controlada é baseado no valor justo dos ativos adquiridos, passivos assumidos e valor justo da correspondente contraprestação. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente aos valores justos na data da aquisição. O valor excedente, se houver, da contraprestação sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. No caso de uma compra vantajosa, em que a contraprestação total é menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida como um ganho diretamente nas demonstrações consolidadas do resultado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens inclusos nas contas de cada entidade incluída na consolidação são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade atua (a "moeda funcional"). Conforme mencionado na *Nota 2*, essas demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais ("R\$"). Para fins de apresentação destas demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, de acordo com o item XI do Artigo 2, Anexo 3 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Companhia considerou a metodologia apresentada no IAS 21 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio.

A aplicação desta metodologia, utilizada para converter as demonstrações financeiras de US\$ para R\$, resume-se a seguir:

- As contas de ativo e passivo foram convertidas pela taxa cambial disponíveis no fim de cada exercício;
- A Demonstração de Resultado foi convertida à taxa de câmbio média trimestral;
- O patrimônio líquido inicial foi convertido à taxa de câmbio de 1º de janeiro de 2017, de acordo com o disposto no IFRS 1, que todas as diferenças de conversão acumulada sejam ajustadas a zero, e todos os movimentos posteriores converteram-se à taxa de câmbio trimestral;
- Todas as diferenças decorrentes da conversão anterior se registram dentro da conta de diferença de conversão acumulada no patrimônio; e
- Para efeitos de divulgação, as notas relativas ao fluxo de caixa converteram-se às taxas de câmbio médias trimestrais.

A moeda funcional da Companhia e da maioria de suas controladas é o dólar dos Estados Unidos ("dólar dos EUA" ou "US\$"), exceto para as empresas de serviços no México e no Brasil, que possuem moeda funcional em Pesos Mexicanos ("pesos mexicanos" ou "Mex\$") e em Reais ("reais" ou "R\$"), respectivamente. Todos os valores nas demonstrações financeiras são arredondados para o milhar mais próximo.

Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos nas demonstrações consolidadas do resultado.

Conversão dos resultados das controladas para US\$ (antes da conversão para moeda de apresentação R\$)

Os resultados e balanços patrimoniais de todas as controladas da Companhia com moedas funcionais diferentes de US\$ (nenhumas dessas moedas em economia de hiperinflação) são convertidos para a moeda de apresentação da seguinte forma:

- Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado s\(\tilde{a}\)o convertidos pela taxa de fechamento na data do balanço patrimonial;
- As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias, a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações; e
- Todas as diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Na consolidação, as diferenças cambiais decorrentes da conversão do investimento líquido em entidades estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes. Quando uma operação estrangeira é vendida, essas diferenças cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado como parte do ganho ou perda na venda de investimentos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa consistem em caixa depositado em bancos e títulos com juros de curto prazo de alta liquidez e vencimentos, na data da compra, de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras consistem em investimentos em títulos de dívida ("bonds") emitidos por empresas e pelo governo em mercados ativos com vencimentos originais de mais de três meses e menos de um ano. Esses instrumentos financeiros podem ser facilmente convertidos em dinheiro. Os investimentos são contabilizados ao valor justo.

Contas a receber e outros créditos

Contas a receber e outros créditos são valores devidos por clientes e outras partes no curso normal dos negócios. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, o contas a receber é classificado no ativo circulante, caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante com o devido desconto. Além disso, contas a receber e outros créditos são avaliados, de acordo com o IFRS 9, ao custo amortizado.

Estoques

Os estoques de produtos acabados e produtos em processo, que incluem estoques de lixiviação e estoques de minério, são avaliados pelo menor entre o custo médio e o valor líquido de realização. O estoque de produtos acabados consiste em produtos acabados de ouro e metais em concentrado. O estoque de produtos em processo representa o estoque em circulação nas plantas de processamento e áreas de lixiviação da Companhia. O estoque de minérios representa minério empilhado em áreas de lixiviação e em estoques. O custo dos estoques de produtos em processo e produtos acabados inclui custos de mineração, mão de obra direta, materiais e suprimentos operacionais, custos de transporte e fretes aplicáveis e uma parte aplicável das despesas gerais operacionais, incluindo amortização e exaustão. O valor líquido de realização é o preço de venda esperado para o produto acabado, menos os custos estimados para obter o produto na forma e local de venda.

O estoque de peças e suprimentos consiste em itens de consumo e é avaliado ao custo médio ponderado após a provisão para itens de giro lento e obsoletos.

Para estoques que foram baixados ao valor líquido de realização, se avaliações subsequentes concluírem que as circunstâncias que causaram a referida baixa não existem mais ou quando houver evidência clara de um aumento no seu valor de realização líquido devido a uma mudança nas circunstâncias econômicas, a baixa é revertida adequadamente.

Direitos minerários

Os direitos minerários representam gastos capitalizados relacionados ao desenvolvimento de propriedades minerais, gastos decorrentes de aquisições de propriedades e instalações e equipamentos relacionados. Quando da alienação ou abandono, os valores contábeis dos direitos minerários são baixados e quaisquer ganhos ou perdas associadas são reconhecidos no resultado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Propriedades minerais

As propriedades minerais geralmente consistem no seguinte: o valor justo atribuível às reservas e recursos minerais adquiridos em uma combinação de negócios ou aquisição de ativos; custos de exploração e avaliação capitalizados; custos de desenvolvimento de mineração subterrânea; custos de desenvolvimento de mina de cava a céu aberto; e juros capitalizados. Além disso, são incorridos custos do projeto que geralmente são capitalizados quando os gastos resultam em um benefício futuro.

As propriedades minerais adquiridas por meio de combinação de negócios são reconhecidas ao valor justo na data da aquisição. O valor justo é uma estimativa das reservas minerais comprovadas e prováveis, dos recursos minerais e do potencial de exploração atribuível à propriedade. O valor justo estimado atribuível às reservas minerais e à parcela de recursos minerais considerada provável de extração econômica no momento da aquisição é depreciado com base nas unidades produzidas, na qual o denominador consiste nas reservas comprovadas e prováveis e na parcela de recursos minerais considerada provável de extração econômica. O valor justo estimado atribuível a recursos minerais que não são considerados prováveis de extração econômica no momento da aquisição não está sujeito a depreciação até que os recursos se tornem prováveis de extração econômica no futuro. O valor justo estimado atribuível às licenças de exploração é registrado como um ativo intangível e não está sujeito a depreciação até que a propriedade entre em produção.

Nas operações de mineração subterrânea da Companhia, são incorridos custos de desenvolvimento para a construção de novos eixos, desvios e rampas que permitirão à Companhia acessar fisicamente o minério subterrâneo. O tempo durante o qual continuaremos a incorrer nesses custos depende da vida útil da mina. Esses custos de desenvolvimento subterrâneo são capitalizados quando incorridos. Os custos capitalizados de desenvolvimento subterrâneo são depreciados com base nas unidades produzidas, em que o denominador é a onça / libra estimada de ouro / cobre em reservas comprovadas e prováveis e a parcela dos recursos considerados prováveis de extração econômica com base no plano atual de vida útil da mina que se beneficia do desenvolvimento e são considerados prováveis de extração econômica.

Nas operações de mineração de cava a céu aberto da Companhia, é necessário remover o estéril e outros resíduos para acessar o depósito de minério do qual os minerais podem ser extraídos economicamente. O processo de remoção do estéril e resíduos é chamado de "stripping". Os custos de stripping incorridos para fornecer acesso inicial ao depósito de minério (conhecido como remoção de pré-produção) são capitalizados como custos de desenvolvimento de mina de cava a céu aberto. Os custos de stripping incorridos durante a fase de produção de uma jazida são contabilizados como custos do estoque produzido durante o período. Esses custos são capitalizados na medida em que estejam relacionados a benefícios futuros antecipados e representem uma melhoria. A remoção de resíduos que está relacionada a atividades de produção correntes e não gera um benefício futuro é contabilizada como um custo de produção no período em que é incorrida e é incluída no custo do estoque.

Os custos capitalizados de desenvolvimento de mina de cava a céu aberto são depreciados com base nas unidades produzidas em que o denominador é a onça / libra estimada de ouro / cobre em reservas comprovadas e prováveis e a parcela dos recursos considerados prováveis de extração econômica com base no plano atual de vida útil da mina que se beneficiam do desenvolvimento e são considerados prováveis de extração econômica.

Imobilizado

O ativo imobilizado é originalmente registrado ao custo no momento da construção, compra ou aquisição e subsequentemente é mensurado ao custo, deduzido da depreciação acumulada e da redução ao valor recuperável ("impairment"). O custo inclui todos os custos necessários para preparar o item para o uso pretendido pela Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os custos incorridos com grandes reparos de equipamentos existentes são capitalizados como imobilizado e estão sujeitos à depreciação quando os equipamentos são colocados em serviço. Os custos de manutenção e reparos rotineiros são reconhecidos como despesas conforme incorridos.

Depreciação e exaustão

O imobilizado é depreciado usando o método linear ou de unidades produzidas durante a vida útil da mina ou durante a vida útil remanescente do ativo, se menor. Terrenos não são depreciados. Os seguintes prazos de vida útil são utilizados pela Companhia:

Principais classes de ativos Método de Depreciação		Vida Stil
Veículos	Linear	3-5 anos
Máquinas e equipamentos	Linear/Unidades Produzidas	2-10 anos
Equipamento móvel de mineração	Linear/Unidades Produzidas	4-8 anos
Móveis e utensílios	Linear/Unidades Produzidas	4-10 anos
Equipamentos de TI e software	Linear	2-5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	Linear	Prazo do arrendamento
Edificações	Linear/Unidades Produzidas	4-10 anos
Plantas	Linear/Unidades Produzidas	4-10 anos

Os valores residuais e a vida útil são revisados anualmente e ajustados, se necessário, prospectivamente.

Depois que uma operação de mineração atinge a produção comercial, os gastos capitalizados como propriedades minerais são exauridos com base nas unidades produzidas, onde o denominador são as reservas minerais comprovadas e prováveis e uma parcela dos recursos minerais medidos e indicados que se espera que sejam convertidos em reservas minerais comprovadas e prováveis.

Impairment e reversão de impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização ou depreciação são revisados para a verificação de perda ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. O valor recuperável dos ativos é o maior entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso.

O valor justo menos os custos de venda é baseado em uma estimativa do valor que a Companhia pode obter em uma transação de venda com isenção de interesse em bases comutáveis. O valor justo menos os custos de venda para propriedades minerais é geralmente determinado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que decorrem do uso continuado do ativo, incluindo quaisquer perspectivas de expansão e sua eventual venda, e descontado a uma taxa de desconto após os impostos apropriada para chegar a um valor presente líquido. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto antes dos impostos que reflete avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro ao longo do tempo e dos riscos específicos do ativo.

O valor em uso é determinado pela aplicação de premissas específicas para o uso continuado da Companhia e não leva em consideração o desenvolvimento futuro descontado por uma taxa de desconto antes dos impostos. Como tal, essas premissas diferem das utilizadas no cálculo do valor justo menos os custos de venda. As unidades geradoras de caixa da Companhia ("UGCs") são o menor nível dos grupos identificáveis de ativos que geram entradas de caixa que são amplamente independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Para um ativo que não gera entradas de caixa que são amplamente independentes daquelas de outros ativos, o valor recuperável é determinado para a UGC à qual o ativo pertence.

É efetuada uma avaliação em cada data base de relatório para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar a UGC recuperável do ativo desde a última perda por redução ao valor recuperável que foi reconhecida. Essa reversão é reconhecida nas demonstrações consolidadas do resultado e é limitada ao valor contábil que teria sido determinado, líquido de qualquer depreciação, quando aplicável, se nenhum custo por redução ao valor recuperável fosse reconhecido em exercícios anteriores. Quando uma perda por redução ao valor recuperável é revertida, o valor recuperável é determinado com base no maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos de venda. A administração concluiu que o valor justo menos os custos de venda é maior que os valores do valor em uso e, portanto, o valor em uso está sendo utilizado para fins de teste de redução ao valor recuperável.

Ativos não circulantes mantidos para venda

Ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda se o seu valor contábil for recuperado principalmente por meio de uma transação de venda, em vez de por meio do uso contínuo, e uma venda é considerada altamente provável. Eles são mensurados ao menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda, exceto para ativos como impostos diferidos ativos, ativos decorrentes de benefícios a empregados, ativos financeiros e propriedade para investimento, que são contabilizados ao valor justo, e direitos contratuais em contratos de seguro, que são especificamente isentos desse requisito.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida para qualquer redução inicial ou subsequente do ativo ao valor justo menos custos de venda. Um ganho é reconhecido para quaisquer aumentos subsequentes no valor justo menos custos de venda de um ativo, mas não excedendo a perda por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida. Um ganho ou perda não anteriormente reconhecido até a data da venda do ativo não circulante é reconhecido na data da sua baixa ("desreconhecimento").

Ativos não circulantes não são depreciados ou amortizados enquanto estiverem classificados como mantidos para venda. Juros e outras despesas atribuíveis aos passivos de um grupo mantido para venda continuam a ser reconhecidos.

Ativos não circulantes classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente de outros ativos no balanço patrimonial. Os passivos de um grupo mantido para venda são apresentados separadamente de outras obrigações nos balanços patrimoniais.

Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação de ativos financeiros no reconhecimento inicial que sejam instrumentos de dívida depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a sua gestão. Com exceção de contas a receber que não contêm um componente significativo de financiamento ou

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

para as quais a Companhia aplicou o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Contas a receber que não contêm um componente significativo de financiamento, ou para as quais a Companhia aplicou o expediente prático para contratos com vencimento igual ou inferior a um ano, são mensuradas ao preço da transação.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é referida como o teste de exclusivamente pagamentos de principal e de juros e é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais):
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Os juros recebidos são reconhecidos como parte do resultado financeiro na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem:

- Contas a receber, e
- Outros créditos.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação (por exemplo, instrumentos derivativos), ativos financeiros designados no reconhecimento inicial como ao valor justo por meio do resultado (por exemplo, instrumentos de dívida ou patrimoniais) ou ativos financeiros que devem obrigatoriamente ser mensurados ao valor justo (ou seja, quando falharem no teste de exclusivamente pagamentos de principal e de juros). A Companhia não possui ativos financeiros classificados como mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial como ao valor justo por meio do resultado. Em vez disso, os ativos financeiros da Companhia ao valor justo por meio do resultado incluem:

- Caixa e equivalentes de caixa, e
- Contratos de venda a termo de ouro e moeda estrangeira.

O teste de exclusivamente pagamentos de principal e de juros para ativos financeiros é aplicável a contas a receber da Companhia (sujeito a acordos provisórios). Esses recebíveis referem-se a contratos de venda em que o preço de venda é determinado após a entrega ao cliente, com base no preço de mercado estipulado no contrato. Essa exposição ao preço da commodity faz com que essas contas a receber falhem no teste de exclusivamente pagamentos de principal e de juros. Como resultado, esses recebíveis são mensurados ao valor justo por meio do resultado a partir da data do reconhecimento da venda correspondente, e as movimentações subsequentes são reconhecidas em "ganhos / perdas de valor justo em contas a receber a preços provisórios" na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com as variações líquidas no valor justo reconhecidas no resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida) ou ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais).

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros similares) é desreconhecido (ou seja, removido do balanço patrimonial consolidado da Companhia) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de
 pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um
 contrato de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo,
 ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo,
 mas transferiu o controle do ativo.

Para redução ao valor recuperável dos ativos financeiros, a Companhia, no caso de contas a receber (não sujeitas a acordos provisórios) e outros créditos devidos em menos de 12 meses, a Companhia aplica a abordagem simplificada no cálculo de perdas de crédito esperadas, conforme permitido pelo IFRS 9. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece a provisão para perda com base em perdas de crédito esperadas ao longo da vida do ativo financeiro em cada data de relatório. Para quaisquer outros ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (com vencimento em mais de 12 meses), a perda de crédito esperada é baseada na perda de crédito esperada de 12 meses. A perda de crédito esperada de 12 meses é a proporção de perdas de crédito esperadas ao longo da vida que resultam de eventos de inadimplência em um instrumento financeiro possíveis dentro de 12 meses após a data do relatório. No entanto, quando houver um aumento significativo no risco de crédito desde a origem, a provisão será baseada na perda de crédito esperada ao longo da vida. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que sejam relevantes e estejam disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais e geralmente ocorre quando há atraso de mais de um ano e não está sujeito a atividades de execução.

Em cada data de relatório, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado estão com "problemas de recuperação". Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e no caso de empréstimos e contas a pagar, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros da Companhia incluem:

- Fornecedores, e
- Outras contas a pagar.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A conta Fornecedores representa passivos, ainda não liquidados, relativos a bens ou serviços prestados à Companhia anteriormente ao fim do exercício. Os valores estão em aberto e são geralmente pagos dentro de 30 dias do reconhecimento. As contas Fornecedores e Outras contas a pagar são apresentadas como passivos circulantes a não ser que o pagamento não tenha seu vencimento dentro dos 12 meses posteriores ao período reportado. Eles são reconhecidos inicialmente a seus respectivos valores justos e posteriormente mensurados ao custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos.

Empréstimos são inicialmente reconhecidos a valor justo, líquido de custos de transação incorridos. Empréstimos são então medidos ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os recursos (líquidos de custos de transação) e o valor de resgate é reconhecida em lucros ou perdas durante o período do empréstimo utilizando-se o método de juros efetivos. Honorários e taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidos como custos de transação do empréstimo na medida em que é provável que parte ou todo o financiamento será utilizado. Neste caso, a taxa é diferida até que o a utilização ocorra. Na medida em que não há evidência de que seja provável que parte ou todo o financiamento será utilizado, a taxa é capitalizada como pré-pagamento para serviços de liquidez e amortizados durante o período ao qual o financiamento é relacionado.

Empréstimos são baixados do Balanço Patrimonial quando a obrigação especificada em contrato é liquidada, cancelada ou vença. A diferença entre o valor contábil de um passivo financeiro que foi extinto ou transferido para outra parte e a contraprestação paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida no resultado como outras receitas ou despesas financeiras.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados onde seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável de seu valor possa ser feita. O valor reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa da contraprestação necessária para liquidar a obrigação presente no final de cada período de relatório. Se o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, as provisões são determinadas descontando-se os fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes dos impostos que reflita as avaliações correntes de mercado do valor do dinheiro no tempo e, quando apropriado, os riscos específicos do passivo. Quando o desconto for utilizado, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como uma despesa financeira.

Passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas se forem determináveis e prováveis, e são divulgados nas notas explicativas às informações financeiras, a menos que a sua ocorrência seja considerada remota.

Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas são divulgados nas notas explicativas se a sua recuperação for considerada provável.

Fechamento e restauração de minas

As provisões para fechamento e restauração de minas são constituídas para custos futuros estimados de fechamento e restauração e para custos de recuperação ambiental (que incluem custos como desmontagem e demolição de infraestrutura, remoção de materiais residuais e remediação de áreas contaminadas) no período contábil em que a contaminação ambiental ocorre. A provisão é descontada utilizando uma taxa antes de impostos e o aumento é incluído em despesas financeiras. No momento da constituição da provisão, o valor presente líquido da obrigação é capitalizado como parte do custo das propriedades minerais. A provisão é revisada anualmente para variações nas estimativas de custos, taxas de desconto, inflação e vida útil estimada. O valor presente líquido das mudanças nas estimativas de custo das obrigações de fechamento e restauração de minas é capitalizado como parte das propriedades minerais.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As atividades de restauração ocorrerão principalmente quando do fechamento de uma mina, mas podem ocorrer ocasionalmente durante toda a vida da mina. Quando da realização dos projetos de restauração, seus custos são debitados contra a provisão conforme os custos são incorridos.

Benefícios de longo prazo a empregados

Certos benefícios de longo prazo a empregados são pagos quando o contrato de trabalho é rescindido. Os custos esperados desses benefícios são provisionados no período do emprego. Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados a outros resultados abrangentes no exercício em que ocorrem. Essas obrigações são revisadas anualmente por atuários qualificados independentes.

Capital social

Ações ordinárias emitidas pela Companhia são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias são reconhecidos no patrimônio líquido, como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

Remuneração com base em ações

O valor justo de serviços de empregados recebidos em troca da concessão de opções de ações ou outros pagamentos baseados em ações é reconhecido como uma despesa ao longo do período de aquisição de direito. O valor total a ser reconhecido como despesa ao longo do período de aquisição de direito é determinado por meio do cálculo do valor justo das opções ou outros planos de pagamentos baseados em ações na data da concessão. A Companhia utiliza o modelo de precificação de opções Black-Scholes para calcular o valor justo das opções concedidas.

O valor total a ser reconhecido como despesa é determinado com base no valor justo das opções concedidas:

- Incluindo quaisquer condições de desempenho de mercado; e
- Excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direito de serviço e de desempenho que não são de mercado, como lucratividade, metas de crescimento de vendas e permanecendo um empregado da entidade por um período específico.

As condições de aquisição que não são de mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser exercidos. Essa estimativa é revisada em cada data de balanço patrimonial e a diferença é debitada ou creditada nas demonstrações consolidadas do resultado com o ajuste correspondente no patrimônio líquido.

Quando as opções são devidamente exercidas, a Companhia emite ações ordinárias. O valor justo e quaisquer valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados ao patrimônio líquido.

Tributação

A despesa com imposto de renda inclui despesa de imposto corrente e diferido para o período. As despesas com impostos são reconhecidas nas demonstrações consolidadas do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionadas a itens reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido.

A despesa com imposto de renda corrente refere-se ao imposto a ser pago sobre o lucro tributável do exercício, calculada utilizando alíquotas (e leis) que tenham sido promulgadas ou substancialmente promulgadas até a data

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

do balanço patrimonial consolidado nos países em que a Companhia opera. Ela inclui ajustes para o imposto que se espera que seja pago ou recuperável em relação a períodos anteriores.

O imposto de renda diferido é reconhecido usando o método de passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras consolidadas. Entretanto, imposto de renda diferido não é contabilizado se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios que, no momento da transação, não afeta lucros ou prejuízos contábeis nem tributáveis. O imposto de renda diferido é determinado utilizando alíquotas (e leis) que tenham sido promulgadas ou substancialmente promulgadas até a data do balanço patrimonial consolidado e que se espera que seja aplicável quando o respectivo imposto de renda diferido passivo for liquidado. Impostos de renda diferidos ativos são reconhecidos apenas se for provável que serão realizados no futuro. Impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível de compensar impostos correntes ativos com impostos correntes passivos e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se referem a impostos de renda exigidos e administrados pela mesma autoridade tributária.

Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável (ou seja, um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso) são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. A capitalização de custos de empréstimos começa quando os custos são incorridos, e as atividades são desenvolvidas para preparar o ativo para o seu uso pretendido e cessa quando o ativo está substancialmente concluído ou colocado em serviço. Uma vez que o ativo identificado está substancialmente concluído, os custos de empréstimos atribuíveis são amortizados ao longo da vida útil do respectivo ativo. Todos os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos.

Reconhecimento de receita

A Companhia aplica a seguinte abordagem em cinco etapas no reconhecimento da receita de contratos com clientes:

- Identificação do contrato exequível com o cliente
- Identificação das obrigações de desempenho individuais previstas no contrato resultantes da transferência de bens ou serviços distintos
- Determinação do preço da transação, como contraprestação pela transferência do bem ou serviço
- Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho individuais identificadas
- Reconhecimento da receita quando cada obrigação de desempenho individual for cumprida

As vendas de ouro da Companhia são reconhecidas na data em que o título de propriedade é transferido para o comprador, que geralmente ocorre quando o ouro é retirado da unidade de refino. Contudo, o título poderia ser transferido em qualquer estágio durante o processo de refino para certas vendas de ouro da Companhia. As receitas de ouro são demonstradas líquidas de impostos locais calculados sobre as receitas brutas. As vendas de concentrado de cobre da Companhia são reconhecidas no momento da entrega, com base nos preços futuros da data prevista de liquidação final. Os preços finais de venda são determinados com base nos preços de mercado cotados em um período posterior à data da venda.

Gastos com exploração

As atividades de exploração envolvem a pesquisa de recursos minerais, a determinação da viabilidade técnica e a avaliação da viabilidade comercial de um recurso identificado. Os gastos com exploração, que incluem custos associados à pesquisa e à análise de dados históricos, coleta de dados, perfuração de exploração e amostragem,

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

determinação dos requisitos infraestruturais e preparação de estudos de viabilidade, são reconhecidos como despesas até que a Companhia conclua que é mais provável do que improvável que os recursos minerais economicamente recuperáveis existem.

Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro líquido disponível aos detentores de ações ordinárias pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período. Ao calcular o lucro diluído por ação, é efetuado um ajuste para o efeito dilutivo do exercício de opções e os bônus de subscrição. O número de ações adicionais é calculado assumindo que são exercidas as opções de ações em aberto e bônus de subscrição e que o valor recebido por tais exercícios foi utilizado para adquirir ações ordinárias ao preço médio de mercado durante os períodos de relatório. Em períodos em que um prejuízo é reportado, todas as opções em circulação são excluídas do cálculo do prejuízo diluído por ação, uma vez que são anti-dilutivas.

Resultado abrangente

O resultado abrangente refere-se à variação nos ativos líquidos da Companhia que resulta de transações, eventos e circunstâncias de fontes que não sejam os acionistas da Companhia e inclui itens que não são incluídos no lucro líquido, tais como ganhos ou perdas cambiais relacionadas a controladas estrangeiras cuja moeda funcional é diferente da moeda funcional da Companhia e ganhos e perdas atuariais de benefícios pós-emprego.

O resultado abrangente da Companhia é apresentado nas demonstrações consolidadas do resultado abrangente e nas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido.

Informações por segmentos

Um segmento operacional é um componente de uma entidade (i) que desenvolve atividades empresariais das quais possa auferir receitas e incorrer despesas (incluindo receitas e despesas referentes a transações com outros componentes da mesma entidade), (ii) cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais da entidade sobre recursos a serem alocados ao segmento e avaliar seu desempenho, e (iii) para o qual informações financeiras estejam disponíveis. Os segmentos operacionais da Companhia são identificados como Mina de San Andres, Mina de São Francisco, Projeto EPP, Mina de Aranzazu, projetos Rio Novo e Corporativo. EPP e Mina de São Francisco são referidos como "Minas Brasileiras".

JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas requer que a Administração faça estimativas e julgamentos e adote premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos e divulgações de passivos contingentes. As estimativas e os julgamentos da Administração são avaliados continuamente e são baseados na experiência histórica e em outros fatores que a Administração acredita serem razoáveis sob as circunstâncias. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A Companhia identificou as seguintes políticas contábeis críticas sob as quais são feitos julgamentos, estimativas e premissas significativas, e onde os resultados reais podem diferir dessas estimativas considerando diferentes premissas e condições e podem afetar materialmente os resultados financeiros ou os balanços patrimoniais consolidados divulgados em períodos futuros.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Alocação do preço de compra

As combinações de negócios exigem julgamento e estimativas na data da aquisição em relação à identificação do adquirente, determinação do valor justo dos ativos e passivos. A estimativa de reservas e recursos está sujeita a premissas relacionadas à vida útil da mina e pode mudar quando novas informações estiverem disponíveis.

Mudanças nas reservas e recursos como resultado de fatores como custos de produção, taxas de recuperação, classificação ou reservas ou preços de commodities podem afetar as taxas de depreciação, valores contábeis de ativos e provisão para desativação. Mudanças nas premissas sobre preços de commodities de longo prazo, demanda e oferta de mercado e clima econômico e regulatório também podem impactar o valor contábil dos ativos.

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente como um ganho na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não há ágio registrado nas demonstrações financeiras da Companhia.

Determinação de reservas e recursos de jazidas minerais

A Companhia determina recursos e reservas minerais de acordo com os princípios incorporados nos padrões do Instituto Canadense de Mineração, Metalurgia e Petróleo para reservas e recursos minerais, conhecidos como Padrões da CIM. As informações são compiladas regularmente por Pessoas Qualificadas e divulgadas sob o Instrumento Nacional 43-101, Padrões de Divulgação para Projetos Minerais ("NI-43-101"). As reservas minerais e os recursos assim determinados são utilizados no cálculo da despesa de exaustão, avaliação de encargos por redução ao valor recuperável, valores contábeis de ativos e previsão do momento do pagamento dos custos de fechamento e restauração de minas.

Existem inúmeras incertezas inerentes à estimativa de recursos e reservas minerais, e as premissas válidas no momento da estimativa podem mudar significativamente quando novas informações se tornam disponíveis. Alterações nos preços previstos de commodities, taxas de câmbio, custos de produção ou taxas de recuperação podem alterar o status econômico de reservas e recursos e, finalmente, resultar na necessidade de revisão das referidas reservas e recursos.

Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

De acordo com a política contábil da Companhia, cada ativo ou UGC é avaliado a cada data base de relatório para determinar se há alguma indicação de redução ao valor recuperável. Se existir tal indicação, é realizada uma estimativa formal do valor recuperável e uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida na medida em que o valor contábil exceda o valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou UGC é medido pelo valor mais alto entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso.

A determinação do valor justo menos os custos de venda e do valor em uso exige que a Administração faça estimativas e adote premissas sobre volumes de produção e vendas esperados, preços de metais, reservas, custos operacionais, custos de fechamento e restauração de minas, investimentos futuros em capital e taxas de desconto apropriadas para fluxos de caixa futuros. As estimativas e premissas estão sujeitas a risco e incerteza e, como tal, existe a possibilidade de que mudanças nas circunstâncias alterem essas projeções, o que pode afetar o valor recuperável dos ativos. Em tais circunstâncias, parte ou a totalidade do valor contábil dos ativos pode sofrer

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

redução no seu valor recuperável ou pode haver redução de perda de valor recuperável com o impacto registrado nas demonstrações consolidadas do resultado.

Se, após a Companhia ter reconhecido anteriormente uma perda por redução ao valor recuperável, as circunstâncias indicarem que o valor recuperável dos ativos que sofreram perda de valor recuperável é maior que o valor contábil, a Companhia reverte a perda por redução ao valor recuperável pelo valor em que o valor justo revisado excede seu valor contábil, até o máximo da perda por redução ao valor recuperável anterior. Em nenhum caso o valor contábil revisado excederá o valor contábil original, após depreciação ou amortização, que teria sido determinado se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida.

Avaliação do estoque de produtos em processo

O estoque de áreas de lixiviação é composto por minério que foi extraído da mina e colocado na área de lixiviação para processamento posterior. Os custos são adicionados ao estoque de áreas de lixiviação com base nos custos atuais de mineração e são removidos do estoque de áreas de lixiviação à medida que as onças de ouro são recuperadas na planta, com base no custo médio por onça recuperável da área de lixiviação. A quantidade de ouro recuperável em processo é uma estimativa de engenharia que se baseia no teor esperado e na recuperação de ouro do minério colocado nas áreas de lixiviação. A natureza do processo de lixiviação limita inerentemente a capacidade de monitorar com precisão os níveis de estoque. No entanto, a estimativa de ouro recuperável colocado nas áreas de lixiviação é reconciliada com a produção real de ouro e as estimativas de engenharia são ajustadas com base nos resultados reais ao longo do tempo. A recuperação definitiva de ouro de cada área de lixiviação não será conhecida até que o processo de lixiviação seja concluído.

O minério em estoques é composto de minério extraído da mina e disponível para processamento posterior. Os custos são adicionados ao minério em estoques ao custo atual de mineração e removidos ao custo médio acumulado por tonelada.

Provisão para fechamento e restauração das minas

Os valores registrados para as obrigações de fechamento e restauração das minas são baseados em estimativas preparadas por especialistas ambientais terceirizados, se disponíveis, nas jurisdições em que a Companhia opera ou por especialistas ambientais da Companhia. Essas estimativas baseiam-se em atividades de remediação exigidas pelas leis ambientais, no tempo esperado dos fluxos de caixa e nas taxas de juros livre de risco antes dos impostos, pelas quais os fluxos de caixa estimados foram descontados. Essas estimativas também incluem uma suposição sobre a taxa na qual os custos podem aumentar em períodos futuros. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas sobre as quais esses valores justos são calculados requerem extensos julgamentos sobre a natureza, o custo e a época do trabalho a ser concluído e podem mudar com alterações futuras nos custos, leis e regulamentos ambientais e práticas de remediação.

Imposto de renda

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas requer uma estimativa do imposto de renda em cada uma das jurisdições em que a Companhia opera. O processo envolve uma estimativa da exposição tributária atual da Companhia e uma avaliação de diferenças temporárias resultantes de diferentes tratamentos de itens, como exaustão e amortização, para fins fiscais e contábeis, e quando elas podem ser revertidas.

Essas diferenças resultam em ativos e passivos fiscais diferidos, incluídos nos balanços patrimoniais consolidados da Companhia. Também é feita uma avaliação para determinar a probabilidade de que os ativos de impostos futuros da Companhia sejam recuperados por meio da geração de lucros tributáveis futuros. Na medida em que a recuperação não seja considerada provável, os benefícios fiscais relacionados não são reconhecidos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

É necessário julgamento para avaliar continuamente as alterações nas interpretações, regulamentos e legislação tributária, para garantir o reconhecimento integral dos passivos e para garantir que os ativos, líquidos de provisões para desvalorização, sejam realizáveis. O impacto de diferentes interpretações e aplicações pode ser significativo.

5 MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Esta nota explica o impacto da adoção das normas contábeis novas e revisadas sobre as demonstrações financeiras da Companhia a partir de 1º de janeiro de 2019 e os novos pronunciamentos contábeis que foram emitidos, mas que ainda não estão em vigor, e que devem ser aplicáveis à Companhia a partir de 1º de janeiro de 2020. Pronunciamentos contábeis que não são aplicáveis à Companhia foram excluídos.

Novas Políticas Contábeis Aplicáveis para 2019

a) IFRS 16 - Arredamentos

A Companhia adotou o IFRS 16 - Arrendamentos, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada; porém, os comparativos para o período de relatório de 2018 não estão sendo reapresentados e são contabilizados de acordo com o IAS 17 - Arrendamentos, e a IFRIC 4 - Determinação de se um Contrato Contém um Arrendamento, conforme permitido por disposições transitórias específicas na norma.

A Companhia arrenda vários equipamentos de mineração, veículos leves e imóveis. Esses contratos de arrendamento são normalmente celebrados para períodos fixos de 1 a 5 anos, mas podem conter opções de prorrogação. Os prazos do arrendamento são negociados em bases individuais e contêm vários termos e condições diferentes. Os contratos de arrendamento não impõem cláusulas restritivas para a Companhia e os ativos arrendados não são usados como garantia para fins de empréstimos. Até o final de 2018, esses arrendamentos eram classificados como arrendamentos operacionais.

Com a adoção do IFRS 16, a Companhia reconheceu passivos de arrendamento em relação a arrendamentos que eram anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com os princípios do IAS 17. Esses passivos eram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento individual, se a taxa pudesse ser prontamente determinada, ou as taxas de juros incrementais sobre empréstimos da Companhia, se a taxa não pudesse ser prontamente determinada, a partir de 1º de janeiro de 2019. De acordo com o IFRS 16, cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo de arrendamento e a despesa financeira. A despesa financeira, ou amortização do desconto, sobre o passivo de arrendamento é debitada às Demonstrações Consolidadas do Resultado e do Resultado Abrangente usando o método dos juros efetivos, de modo a produzir uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo de arrendamento para cada período.

A Companhia observou que a taxa de desconto pela média ponderada aplicada aos passivos de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 era de 8%.

Ao determinar o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamento a seguir no cálculo do passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019, a Companhia considerou o seguinte:

- Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência), menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que são baseados em um índice ou uma taxa;
- Valores que se espera que sejam pagos pela Companhia sob garantias do valor residual;
- O preço de exercício de uma opção de compra se a Companhia estiver razoavelmente certa de exercer essa opção;

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

- Quando um arrendamento contém uma opção de prorrogação, os pagamentos de arrendamento para o período da prorrogação foram incluídos no cálculo do passivo de arrendamento se a Companhia estava razoavelmente certa de que iria exercer a opção; e
- Pagamentos de multas pelo término do arrendamento, se o termo do arrendamento reflete o exercício dessa opção pela Companhia.

Adicionalmente, nenhum ajuste foi necessário quando da adoção do IFRS 16 para arrendamentos financeiros, uma vez que a Companhia não tinha arrendamentos anteriormente classificados como tais em 31 de dezembro de 2018.

Os efeitos da adoção do IFRS 16, conforme refletidos em 1º de janeiro de 2019, foram o reconhecimento de um passivo de arrendamento no valor de R\$ 3.414. Os passivos de arrendamento de curto e de longo prazo em 31 de dezembro de 2019 e quando da adoção do IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019 estão demonstrados na tabela abaixo:

	Saldo em 31 de	Saldo em 1 de janeiro	
	dezembro de 2019	de 2019	
Parcela de curto prazo do passivo de arrendamento	(3.067)	(1.750)	
Parcela de longo prazo do passivo de arrendamento	(2.257)	(1.664)	
	(5.324)	(3.414)	

Como demonstrado na tabela acima, o total do passivo de arrendamento reconhecido em 1º de janeiro de 2019 foi de R\$ 3.414. Os ativos de direito de uso foram mensurados a um valor igual ao passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019.

Como demonstrado na Nota 12, os ativos de direito de uso são apresentados como parte do Imobilizado nos Balanços Patrimoniais Consolidados. A depreciação dos ativos de direito de uso é apresentada dentro de depreciação, exaustão e amortização na seção de atividades operacionais das Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa. Os ativos de direito de uso são depreciados ao longo do mais curto entre a vida útil do ativo e o prazo do arrendamento com base nas unidades de produção. A depreciação dos ativos de direito de uso agora é incluída dentro de exaustão e amortização na seção de atividades operacionais das Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa.

Os ativos de direito de uso se referem aos seguintes tipos de ativos:

	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Saldo em 1 de janeiro de 2019	
Veículos	3.668	151	
Terrenos e edificações	1.066	1.509	
Máquinas e equipamentos	500	1.754	
	5,234	3.414	

Os passivos de arrendamento correspondentes são apresentados dentro de passivos circulantes e não circulantes nos Balanços Patrimoniais Consolidados. A despesa de juros sobre passivos de arrendamento é apresentada dentro de despesas financeiras nas Demonstrações Consolidadas do Resultado. Os pagamentos à vista de parcelas de juros e principal de passivos de arrendamento são demonstrados como fluxos de caixa de atividades de financiamento nas Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os efeitos da adoção do IFRS 16 por segmentos, conforme refletidos em 1º de janeiro de 2019, são demonstrados na tabela abaixo:

	Mina de San Andres	Minas Brasileiras	Mina de Aranzazu	Corporativo	Projetos Rio Novo	Total
Ativos de direito de uso	1.335	279	698	830	272	3.414
Passivos de arrendamento	(1.335)	(279)	(698)	(830)	(272)	(3.414)
	0	0	0	0	0	0

A mudança na política contábil afetou os seguintes itens nos Balanços Patrimoniais Consolidados em 1º de janeiro de 2019:

	Valor
Imobilizado – Ativos de direito de uso – Aumento em Ativos	3.414
Passivos de Arrendamento – Aumento em Passivos	(3.414)

Até o final de 2018, os pagamentos feitos sob arrendamentos operacionais eram debitados às Demonstrações Consolidadas do Resultado em base linear ao longo do prazo do arrendamento; assim, os pagamentos de arrendamento operacional eram todos incluídos nos cálculos do lucro por ação. Quando da adoção do IFRS 16, a depreciação debitada de ativos de direito de uso e a despesa de juros sobre passivos de arrendamento são agora incluídas nas Demonstrações Consolidadas do Resultado; e, portanto, incluídas nos cálculos do lucro básico e diluído por ação.

As parcelas do principal dos pagamentos de arrendamento não são incluídas nas Demonstrações Consolidadas do Resultado e são, ao invés disso, aplicadas ao passivo de arrendamento nos Balanços Patrimoniais Consolidados.

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo, pagamentos de ativos de baixo valor e pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou de uma taxa não são incluídos na mensuração dos passivos de arrendamento e são demonstrados nos Balanços Patrimoniais Consolidados de acordo com o IFRS 16. Esses pagamentos são demonstrados dentro de Despesas gerais e administrativas nas Demonstrações Consolidadas do Resultado e dentro da seção de atividades operacionais das Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa. O aumento/diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa não mudou como resultado da adoção do IFRS 16.

Expedientes práticos aplicados

Na aplicação inicial do IFRS 16, a Companhia considerou os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma:

- O uso de uma taxa de desconto única para uma carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares;
- A contabilização de arrendamentos operacionais com um prazo remanescente de menos de 12 meses em 1º de janeiro de 2019 como arrendamentos de curto prazo;
- A exclusão de arrendamentos de baixo valor;
- A exclusão dos custos diretos iniciais para a mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial: e
- O uso de percepção tardia na determinação do prazo de arrendamento, quando o contrato contém opções para prorrogar ou rescindir o arrendamento.

Os julgamentos, estimativas e premissas significativos feitos pela Administração aplicados na preparação dessas demonstrações financeiras, especificamente no que se refere à IFRS 16, incluíram principalmente a avaliação da taxa de desconto apropriada a ser usada para descontar o passivo de arrendamento para cada arrendamento ou grupos de ativos cobertos por arrendamentos, bem como determinar o prazo do arrendamento, quando o

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

arrendamento continha uma opção de prorrogação e avaliar se a Companhia estava razoavelmente certa de que exerceria a opção de prorrogação. Julgamentos, estimativas e premissas significativas sobre esses dois fatores afetariam o valor presente dos passivos de arrendamento quando da adoção da nova norma contábil, bem como o valor associado dos ativos de direito de uso.

Novas Políticas Contábeis Aplicáveis para 2020

Em março de 2018, o IASB emitiu uma norma revisada "Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros" que está sendo usada atualmente pelo Conselho e pelo Comitê de Interpretações do IASB no desenvolvimento de novos pronunciamentos. A revisão inclui definições de "ativo" e "passivo", juntamente com novas orientações sobre mensuração, desreconhecimento, apresentação e divulgação. No entanto, os preparadores das demonstrações financeiras apenas começarão a se referir à nova estrutura em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020.

VENDA DE INVESTIMENTO - MINERAÇÃO VALE VERDE LTDA.

Em 1º de dezembro de 2017, a Companhia anunciou que havia firmado um contrato de compra e venda para vender a Mineração Vale Verde Ltda. ("MVV"), proprietária do Projeto Serrote de Laje no Brasil (o "Projeto Serrote"), por uma contraprestação total de US\$ 40 milhões (R\$ 130,5 milhões). A contraprestação total compreendeu um pagamento em dinheiro de US\$ 30 milhões (R\$ 97,9 milhões) (pago), bem como a entrega pelos compradores de uma nota subordinada no valor principal de US\$ 10 milhões (R\$ 32,6 milhões), pagável a partir de 75% do excesso de caixa do projeto após liquidação do Project Finance do projeto e requisitos de caixa operacional (contraprestação contingente). A nota subordinada não garantida será reconhecida quando, no julgamento da Administração, for provável que o pagamento ocorra e que o valor registrado não seja revertido em períodos futuros. A transação foi concluída em 22 de março de 2018. Como resultado, um ganho líquido de R\$ 12.838 foi reconhecido na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Após a conclusão da transação, a Companhia transferiu os ajustes acumulados de conversão em moeda estrangeira relacionados ao Projeto Serrote para a demonstração do resultado (R\$ 51.742).

7 AQUISIÇÃO DA RIO NOVO GOLD INC.

Em 18 de dezembro de 2017, a Companhia e a Rio Novo Gold Inc. ("Rio Novo") firmaram um contrato para combinação e criação de um portfólio de propriedades minerais com uma vida útil de produção de longo prazo.

Em 22 de fevereiro de 2018, a Companhia e a Rio Novo anunciaram, de acordo com o Instrumento Multilateral 61-101 - Proteção de Titulares de Valores Minoritários em Transações Especiais ("MI 61-101"), que a combinação da Companhia e da Rio Novo foi aprovada por seus respectivos acionistas em Assembleias Especiais dos respectivos acionistas. Em 2 de março de 2018, a Companhia e a Rio Novo anunciaram a conclusão da combinação de acordo com a seção 170 da Lei das Ilhas Virgens Britânicas, de 2004, segundo a qual a combinação da Companhia com a Rio Novo foi realizada e por força da qual a Rio Novo deixou de existir individualmente.

Após a conclusão do acordo, todas as ações da Rio Novo foram convertidas automaticamente no devido número de ações da Companhia, onde os detentores de ações da Rio Novo receberam 0,0053 da ação ordinária da Companhia para cada ação da Rio Novo detida (sendo 947.396 ações da Companhia). Como parte do acordo, a Companhia emitiu: (i) 31.418 ações ordinárias para os detentores de ações diferidas da Rio Novo em circulação em 18 de dezembro de 2017, e (ii) opções para adquirir 10.070 ações ordinárias da Companhia para os detentores de opções da Rio Novo (que foram canceladas).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As ações ordinárias emitidas sob o acordo em troca das ações da Rio Novo representam aproximadamente 22% das ações ordinárias emitidas e em circulação pós-transação da Companhia.

As empresas estavam sob controle comum e, como tal, a transação está fora do escopo do IFRS 3 - Combinação de Negócios. No entanto, a Administração concluiu que as atividades da Rio Novo constituem um negócio. Consequentemente, a Administração optou por aplicar o IFRS 3 por analogia para contabilizar a combinação de negócios sob controle comum em que a Companhia era a adquirente.

A aprovação da transação foi realizada segundo o Instrumento Bilateral MI 61-101, devido às participações da Northwestern tanto na Companhia quanto na Rio Novo.

A contraprestação paga pela Companhia foi alocada aos ativos adquiridos e passivos assumidos, como segue:

Ganho na aquisição, líquido de impostos	71.288
Total de ativo líquido adquirido	139.510
Empréstimos	(11.663)
Passivos futuros de imposto de renda	(6.451)
Fornecedores e outras contas a pagar	(7.178)
Imobilizado	164.629
Outros ativos	173
Contraprestação total pela compra	68.222
Valor de 10.070 Opções de Ações emitidas como contraprestação	369
	260
Valor de 978.814 ações ordinárias emitidas como contraprestação	67.853

Os ativos e passivos identificados, que incluíam outros ativos, ativo imobilizado, outras contas a pagar e empréstimos, foram registrados pelos seus valores justos estimados, que excederam o valor justo do preço de compra do negócio. Em 31 de março de 2019, esses valores justos estimados eram considerados finais.

Dessa forma, a aquisição foi contabilizada como uma compra vantajosa e, como resultado, a Companhia reconheceu um ganho associado à aquisição. O ganho na aquisição é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado. A Companhia observa que a razão do reconhecimento da compra vantajosa foi devido ao fato de que essa aquisição era de outra entidade que estava sob controle comum e de que a avaliação dos ativos ter sido determinada por uma empresa terceirizada em valor superior ao valor das ações ordinárias e opções de ações emitidas como contraprestação.

8 IMPOSTOS A RECUPERAR E OUTROS CRÉDITOS

	31 de dezembro de	31 de dezembro de
	2019	2018
Impostos a recuperar	134.871	118.135
Contas a receber	25.905	13.225
Outros créditos	2.181	2.313
Provisão para devedores duvidosos - contas a receber	(250)	-
Total de contas a receber e outros créditos	162.707	133.673
Menos: recebíveis não circulantes	(35.861)	(39.225)
Contas a receber e outros créditos registrados no ativo circulante	126.846	94.448

Devido a seus vencimentos de curto prazo, o valor justo de contas a receber e outros créditos aproxima-se do seu valor contábil.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo valor da contraprestação incondicional, a menos que contenham componentes de financiamento significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém contas a receber com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e, portanto, os mensura subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. A Companhia observa que esses recebíveis surgem quando o minério produzido é enviado ao comprador de acordo com o contrato aplicável. A Companhia não reconhece recebíveis relacionados a minérios estimados ou ainda não produzidos. A Companhia reconheceu a provisão para perdas esperadas de R\$ 250 em 31 de dezembro de 2019.

A expectativa da Companhia é de que os Impostos a recuperar sejam realizados levando em consideração as diferentes alternativas disponíveis para a Companhia, incluindo: (1) reembolso por parte das autoridades governamentais, (2) crédito para pagamentos de imposto de renda e (3) pagamento a determinados fornecedores. A Companhia e seus consultores tributários estão constantemente revisando as opções disponíveis para garantir a recuperabilidade desses saldos.

9 ESTOQUES

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	
Produtos acabados	35.805	40.135	
Produtos em processo	26.510	22.268	
Peças e suprimentos	90.977	89.729	
Provisão para obsolescência de estoques	(18.122)	(18.618)	
Total de estoques	135.170	133.514	

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o custo dos estoques reconhecidos no resultado (*Nota 21*) foi de R\$ 703.750 (2018: R\$ 510.597).

10 OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

	31 de dezembro de	31 de dezembro de	
	2019	2018	
Despesas antecipadas	21.322	19.118	
Depósitos	3.422	2.659	
	24.744	21.777	

Despesas antecipadas são pré-pagamentos para necessidades gerais de capital de giro, como adiantamentos a fornecedores e pagamento antecipado geral de despesas gerais e administrativas, como seguros e concessões minerais.

11 ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Contas a receber e depósitos de longo prazo	35.861	39.225
Recebíveis não circulantes	3.450	3.359
	39.311	42.584

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

12 IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é a seguinte:

			Móveis,				
	Propriedades	Terrenos e	utensílios e	Plantas e	Ativos de direito		
	de mineração	edificações	equipamentos	máquinas	de uso	Ativos em construção	Total
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2019	482.013	141.004	26.124	102.659	-	43.297	795.097
Adições	26.175	11.813	1.013	7.839	5.177	66.520	118.537
Baixas	-	-	-	(439)	-	(909)	(1.348)
Reclassificações e ajustes	44.927	35.009	-	3.818	-	(83.754)	-
Depreciação, amortização e exaustão	(43.680)	(13.071)	(950)	(28.809)	(1.648)	-	(88.158)
Resultado conversão de moeda estrangeira (CTA)	19.014	7.186	1.105	4.159	1.707	(792)	32.379
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2019	528.449	181.942	27.292	89.227	5.236	24.362	856.508
Composto por:							
Custo	1.115.919	371.175	75.382	484.369	7.235	24.362	2.078.442
Depreciação, amortização e exaustão acumulada	(587.470)	(189.233)	(48.090)	(395.142)	(1.999)	-	(1.221.934)
	528.449	181.942	27.292	89.227	5.236	24.362	856.508

	Propriedades de mineração	Terrenos e edificações	Móveis, utensílios e equipamentos	Plantas e máquinas	Ativos em construção	Total
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2018	136.431	84.209	3.159	29.786	13.371	266.956
Adições	45.460	26.783	1.181	30.879	34.834	139.137
Baixas		-	-	(5)	(6.008)	(6.008)
Reclassificações e ajustes		128	-	90	(128)	-
Depreciação, amortização e exaustão	(23.907)	(18.550)	(827)	(12.546)		(55.830)
Reversão de impairment Aranzazu	123.803	32.127		48.412	151	204.342
Aquisição da Rio Novo Gold Inc.	146.105	-	18.523	0		164.628
Resultado conversão de moeda estrangeira (CTA)	54.121	16.307	4.088	6.128	1.228	81.872
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2018	482.013	141.004	26.124	102.659	43.297	795.097
Composto por:						
Custo	1.004.394	309.655	71.422	454.475	43.297	1.883.243
Depreciação, amortização e exaustão acumulada	(522.381)	(168.651)	(45.298)	(351.816)	(4)	(1.088.146)
	482.013	141.004	26.124	102.659	43.297	795.097

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, despesas de exaustão e amortização de R\$ 88.370 e de R\$ 57.158, respectivamente, foram contabilizadas como custo dos produtos vendidos.

O ativo de direito de uso corresponde às obrigações de responsabilidade do arrendamento discutidas na Nota 18(b).

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia realizou uma análise de reversão da perda por redução ao valor recuperável, na qual os valores contábeis do ativo imobilizado, incluindo propriedades minerais, da Mina Aranzazu foram comparados com o valor justo da mina menos o custo de venda usando a metodologia de valor em uso, que foi determinado como sendo mais alto que os valores contábeis. Os fluxos de caixa futuros estimados (ou seja, valor recuperável) foram determinados em R\$ 285.185 e foram estimados com base nos modelos de fluxo de caixa de valor em uso incorporaram as melhores estimativas da Companhia para a produção futura de metais com base em novos planos de minas desenvolvidos, preços consensuais de metais, estimativas de custos operacionais, CAPEX, valores residuais e flutuações nas taxas de câmbio entre o dólar dos Estados Unidos da América e o peso mexicano. A Companhia utilizou uma taxa de recuperação de cobre eletrolítico da usina de 88%, preços consensuais variando de US\$ 2,95 por libra de peso em 2019 a US\$ 3,10 pelos 5 anos restantes e preços de ouro de US\$ 1.300,00 por onça nos 6 anos econômicos restantes da vida útil da mina de Aranzazu, e descontou esses fluxos de caixa usando uma taxa de desconto de 15%, que foi baseada no custo médio ponderado de capital da Companhia, a fim de obter o valor justo estimado da Mina de Aranzazu. A estimativa da Companhia dos fluxos de caixa futuros está sujeita a riscos e incertezas e, portanto, pode mudar no futuro se as premissas adotadas mudarem. Tais mudanças podem ser significativas.

A análise da Companhia concluiu que certos ativos da Mina de Aranzazu não apresentavam mais perda por redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2018 e, como resultado, a Companhia registrou uma reversão da perda por redução ao valor recuperável de R\$ 204.342 no ativo imobilizado da Aranzazu. Essa reversão da perda por

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

redução ao valor recuperável resultou em um aumento no valor de propriedades minerais de R\$ 123.803, terrenos e edificações de R\$ 32.127 e plantas e máquinas de R\$ 48.412.

A partir de 10 de dezembro de 2018, a Companhia iniciou a produção comercial em sua Mina de Aranzazu. Como resultado, tanto a receita quanto os custos operacionais da Aranzazu são reconhecidos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente. Além disso, o custo de desenvolvimento da mina relacionado a Aranzazu foi reclassificado para o ativo imobilizado, com o início do reconhecimento de exaustão. Como parte do aumento da produção comercial, a Companhia capitalizou juros de R\$ 3.141 em 2018 como propriedade mineral.

Em 22 de março de 2018, a Companhia concluiu a venda da MVV, proprietária do Projeto Serrote, cujos ativos haviam sido reclassificados para mantidos para venda em 31 de dezembro de 2017. O impacto desta operação está descrito na *Nota 6*.

Em 2 de março de 2018, a Companhia e a Rio Novo anunciaram a conclusão da combinação de negócios. O impacto desta operação está descrito na *Nota 7*.

13 FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Fornecedores	139.599	122.037
Outras contas a pagar	28.098	20.982
Provisão para contas a pagar	46.365	38.147
Receita diferida	15.656	14.155
Total de fornecedores e outras contas a pagar	229.718	195.321

14 EMPRÉSTIMOS

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Empréstimos (Nota 14(a)	173.135	113.017
Linha de capital de giro a pagar à Yamana (Nota 14(b))	173.133	5.556
Total de empréstimos de longo prazo	173.135	118.573
Menos: parcela circulante	(89.095)	(46.513)
Parcela não circulante	84.040	72.060

a) Empréstimos

i) Banco de Occidente, S.A. ("Banco Occidente")

Em 18 de novembro de 2016, a Companhia, por meio da Minosa, recebeu outra aprovação de uma nota promissória de curto prazo no valor de US\$ 1,8 milhão (R\$ 6,1 milhões) (a "Segunda Nota Promissória") do Banco Occidente para requisitos de capital de giro. A Segunda Nota Promissória possui uma taxa de juros anual de 7%, com carência de um ano e vencimento em 17 de novembro de 2019. Durante o primeiro trimestre de 2019, o Banco Occidente aprovou um período de carência de três meses sobre pagamentos do principal de dezembro de 2018 a fevereiro de 2019 e estendeu a data de vencimento para fevereiro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

da Segunda Nota Promissória era de R\$ 641 (31 de dezembro de 2018: R\$ 3.600). No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia incorreu despesa de juros de R\$ 177 (31 de dezembro de 2018: R\$ 340), que foi registrada no resultado.

Em 1 de abril de 2019, a Companhia, por meio da Minosa, recebeu outra aprovação de uma nota promissória de curto prazo no valor de US\$ 2,0 milhões (R\$ 7,7 milhões) (a "Terceira Nota Promissória") do Banco Occidente para requisitos de capital de giro. A Terceira Nota Promissória possui uma taxa de juros anual de 7,5%, com carência de seis meses e vencimento em 2 de outubro de 2020. Em 31 de Dezembro de 2019, o saldo devedor da Terceira Nota Promissória era de R\$ 8.061 (31 de dezembro de 2018: R\$ 0). Para o ano findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia incorreu despesa de juros de R\$ 280 que foi registrada no resultado.

ii) Banco ABC Brasil S.A. ("ABC Bank")

Durante o primeiro trimestre de 2017, a Companhia, por meio da Apoena, firmou um contrato de empréstimo de US\$ 3.162 com o Banco ABC para requisitos de capital de giro. O empréstimo possui uma taxa de juros anual de 5,38%, com carência de um ano e vencimento em 15 de julho de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor do empréstimo com o Banco ABC estava zerado (31 de dezembro de 2018: R\$ 4.514). No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia incorreu despesa de juros de R\$ 47 (dezembro de 2018: R\$ 467), que foi registrada no resultado.

Durante o segundo trimestre de 2019, a Companhia, por meio da Apoena, firmou um contrato de empréstimo de US\$ 4,0 milhões (R\$ 15,6 milhões) com o Banco ABC para requisitos de capital de giro (o "Segundo Empréstimo"). O Segundo Empréstimo possui uma taxa de juros anual de 6,40%, com carência de um ano e vencimento em agosto de 2021. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor do Segundo Empréstimo era de R\$ 16.554 (31 de dezembro de 2018: R\$ 0). Para o ano findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia incorreu despesa de juros de R\$ 824 que foi registrada no resultado.

Durante o segundo trimestre de 2019, a Companhia, por meio da Apoena, firmou um contrato de empréstimo de US\$ 2,7 milhões (R\$ 10,3 milhões) com o Banco ABC para requisitos de capital de giro (o "Terceiro Empréstimo"). O Terceiro Empréstimo possui uma taxa de juros anual de 6,4%, com carência de um ano e vencimento em julho de 2021. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor do Terceiro Empréstimo era de R\$ 10.915 (31 de dezembro de 2018: R\$ 0). Para o ano findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia incorreu despesa de juros de R\$ 292 que foi registrada no resultado.

iii) Banco Atlántida

Durante o segundo trimestre de 2017, a Minosa firmou um contrato de empréstimo de US\$ 7,0 milhões (R\$ 22,7 milhões) com o Banco Atlántida para aquisição de ativo fixo para o desenvolvimento do projeto de lixiviação de pilha da fase 6. Em maio de 2017, a Companhia utilizou um saldo de US\$ 4,0 milhões (R\$ 13,0 milhões) e, posteriormente, em outubro de 2017, utilizou o saldo restante de US\$ 3,0 milhões (R\$ 9,8 milhões). O empréstimo possui uma taxa de juros anual de 7,3%, com carência de um ano e vencimento em 15 de julho de 2023. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor do empréstimo com o Banco Atlántida era de R\$ 23.979 (31 de dezembro de 2018: R\$ 24.465). No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia incorreu despesa de juros de R\$ 1.791 (2018: R\$ 1.1885), que foi registrada no resultado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

iv) Santander Brasil

Durante o primeiro trimestre de 2019, a Companhia por meio da Apoena, firmou um contrato de empréstimo de US\$ 4,5 milhões (R\$ 17,5 milhões) com o Banco Santander Brasil para requisitos de capital de giro. O empréstimo possui uma taxa de juros anual de 7,7%, com vencimento em janeiro de 2020. Durante o quarto trimestre de 2019, a Companhia, por meio da Apoena, iniciou uma discussão com o Banco Santander Brasil para refinanciar o contrato de empréstimo de R\$ 18.138 para requisitos de capital de giro (*Nota 34*).

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor do empréstimo era de R\$ 19.436 (31 de dezembro de 2018: R\$ 0). Para o ano findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia incorreu despesa de juros de R\$ 1.270 que foi registrada no resultado.

v) Banco Votorantim

Durante o segundo trimestre de 2019, a Companhia, por meio da Apoena, firmou um contrato de empréstimo de US\$ 3,6 milhões (R\$ 13,8 milhões) com o Banco Votorantim para requisitos de capital de giro. O empréstimo possui uma taxa de juros anual de 6,50%, com carência de um ano e vencimento em setembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor do empréstimo era de R\$ 14.756 (31 de dezembro de 2018: R\$ 0). Para o ano findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia incorreu despesa de juros de R\$ 233 que foi registrada no resultado.

vi) FIFOMI Linha de Crédito

Em 9 de dezembro de 2019, a Companhia, por meio da Aranzazu, celebrou uma linha de crédito denominada em pesos mexicanos de Mex\$ 69,5 milhões (R\$ 15,0 milhões) junto ao *Fideicomiso de Fomento Minero* ("FIFOMI") para requisitos de capital de giro. A linha possui uma taxa de juros anual conforme a taxa anual de TIIE do Banco Central do México mais 4%, terminando em 11,99%, com carência de 12 meses e vencimento em 20 de novembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor do empréstimo era de R\$ 14.494 (31 de dezembro de 2018: R\$ 0). Para o ano findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia incorreu despesa de juros de R\$ 51 que foi registrada no resultado.

vii) IXM S.A. (anteriormente denominada Louis Dreyfus) ("IXM")

Em 8 de março de 2018, a Companhia, através de Aranzazu, firmou uma linha de empréstimo de US\$ 20,0 milhões (R\$ 65,0 milhões) (a "Linha") e um contrato de compra (o "Contrato de Compra") com a IXM para o reinício das operações e concentrados de cobre a serem produzidos a partir de sua mina de Aranzazu (o "Projeto") localizada no município de Concepción del Oro, na região nordeste do estado de Zacatecas, México.

A Linha inclui um período de carência de 12 meses e está sujeita às condições habituais, incluindo, entre outras, o pagamento do empréstimo em aberto da Companhia com a Auramet International LLC, que foi totalmente pago em março de 2018. A Linha é garantida pela Companhia e suas participações no Projeto e na mina de San Andres. O Contrato de Compra abrange 100% dos concentrados de cobre a serem produzidos no Projeto.

Em 12 de dezembro de 2019, a Companhia firmou um aditivo pelo qual a linha foi prorrogada até 31 de julho de 2021, de sua data original de vencimento em março de 2021. A linha possui uma taxa de juros anual igual à LIBOR de um mês mais 7%. O aditivo estipula também requisitos mínimos de liquidez para o Projeto em todos os momentos: (i) de 31 de dezembro de 2019 a 28 de fevereiro de 2020 não inferior a US\$ 1,5 milhão (R\$ 6,2 milhões); (ii) de 29 de fevereiro de 2020 a 29 de abril de 2020 não inferior a US\$ 2 milhões (R\$ 8,2 milhões); e (iii) de 30 de abril de 2020 a 31 de julho de 2021, não inferior a US\$ 2,5 milhões (R\$ 10,3 milhões). Além disso, a Companhia deve manter depósitos líquidos não inferiores a US\$ 3,0 milhões (R\$ 12,3 milhões) por todo o período do contrato. Ainda, Aranzazu tem o direito de realizar pré-pagamentos sem incorrer em penalidades.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor do empréstimo com a IXM era de R\$ 64.298 (31 de dezembro de 2018: R\$ 77.946). Para o ano findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia incorreu despesa de juros de R\$ 6,606 (2018: R\$ 252), que foi registrada no resultado.

viii) Notas Promissórias da Rio Novo

Na conclusão da combinação de negócios com a Rio Novo, a Companhia assumiu as obrigações das notas promissórias emitidas pela Rio Novo em favor da Northwestern, que foram liquidadas em 2019 (31 de dezembro de 2018: R\$ 2.768). Em 16 de abril de 2018, a Companhia firmou um cronograma de pagamento com a Northwestern, segundo o qual a Companhia concordou em pagar as notas com prazos de pagamento trimestrais, incluindo juros de 8%.

b) Linha de Capital de Giro - EPP

Em 28 de março de 2018, a Apoena e a Companhia firmaram um contrato com a Yamana Gold Inc. ("Yamana") e a Serra da Borda Mineração e Metalurgia S.A., empresa afiliada à Yamana, com relação ao pagamento da linha de capital de giro fornecida à Apoena relativa à aquisição do projeto EPP. De acordo com o contrato, a Apoena e a Companhia reconheceram uma dívida de US\$ 9,6 milhões (R\$ 32,0 milhões) com prazos de pagamento da seguinte forma: (i) US\$ 5,0 milhões (R\$ 16,7 milhões) em 28 de março de 2018 (pago); (ii) US\$ 1,0 milhão (R\$ 3,3 milhões) em 30 de junho de 2018 (pago); US\$ 1,0 milhão (R\$ 3,3 milhões) em 30 de setembro de 2018 (pago); (iii) US\$ 1,4 milhão (R\$ 4,7 milhões) em 31 de dezembro de 2018 (pago); e (iv) US\$ 1,4 milhão (R\$ 4,7 milhões) em 30 de março de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor da linha de capital de giro estava zerado (31 de dezembro de 2018: R\$ 5.556). No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou despesa de juros de R\$ 110 (2018: R\$ 1.662), que foi registrada no resultado.

15 IMPOSTO DE RENDA

Imposto de renda no resultado a)

O resultado com imposto de renda incluído nas demonstrações consolidadas do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é o seguinte:

	2019	2018
Despesa corrente de imposto de renda referente ao ano atual	(37.054)	(7.154)
Ajuste à despesa corrente de imposto de renda referente a períodos anteriores	-	3.927
Despesa corrente de imposto de renda	(37.054)	(3.227)
Imposto de renda diferido (recuperação) / despesa	77.091	(15.593)
Resultado de imposto de renda	40.037	(18.820)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A reconciliação do imposto de renda calculada à alíquota estatutária aplicável às despesas de imposto de renda registradas nestas demonstrações financeiras é a seguinte:

	2019	2018
Resultado antes do imposto de renda	64.174	211.797
Diferença nas alíquotas estatutárias em jurisdições estrangeiras	(27.489)	(54.108)
Despesas não dedutíveis	(8.311)	(81.340)
Impostos diferidos ativos não reconhecidos	68.906	125.449
Efeito cambial no imposto de renda	(1.259)	(21.689)
Impostos retidos na fonte sobre distribuição	(4.934)	(1.629)
Regime de royalties mexicano	2.484	(14.023)
Correção monetária de perdas e outros	10.640	28.520
Resultado de imposto de renda	40.037	(18.820)

A alíquota estatutária de imposto em 2019 e 2018 reflete a alíquota nas Ilhas Virgens Britânicas de 0%.

As alíquotas efetivas de impostos em 2019 e 2018 foram de (62,4%) e 8,9%, respectivamente.

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os passivos por impostos diferidos nos balanços patrimoniais consolidados consistem em:

Os impostos diferidos ativos (passivos) líquidos são classificados como:	2019	2018
		_
Imposto de renda diferido ativo	72.617	-
Imposto de renda diferido passivo	(33.515)	(33.087)
	39.102	(33.087)

A movimentação na conta de imposto de renda diferido líquido foi a seguinte:

	2019	2018
0.11	()	(5.007)
Saldo em 1º de janeiro	(33.087)	(5.987)
Registrado no resultado	75.554	(16.891)
Reconhecido na aquisição de negócios	-	(6.452)
Registrado em outros resultados abrangentes	777	(586)
Variações cambiais	(1.332)	(441)
Resultado conversão de moeda estrangeira (CTA)	(2.810)	(2.730)
Saldo em 31 de dezembro	39.102	(33.087)

As seguintes diferenças temporárias e prejuízos fiscais originam ativos e passivos diferidos de imposto de renda em:

	2019	2018
Prejuízos fiscais	76.096	_
Imobilizado	(40.452)	(19.014)
Outras diferenças temporárias dedutíveis (tributáveis)	3.458	(14.073)
Ativo (passivo) líquido de imposto de renda diferido	39.102	(33.087)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Diferenças temporárias e prejuízos fiscais decorrentes do Canadá e Brasil não foram reconhecidos como ativos por impostos diferidos devido ao fato de a Administração ter determinado que não seja provável que lucros tributáveis futuros suficientes sejam obtidos nessas jurisdições para recuperar tais ativos. Os impostos diferidos ativos não reconhecidos são sumarizados da seguinte forma:

	2019	2018
Prejuízos fiscais	52.294	124.033
Provisão para fechamento e restauração de minas	25.087	30.425
Outras diferenças temporárias dedutíveis (tributáveis)	91.574	65.251
Ativos não reconhecidos de imposto de renda diferido	168.955	219.709

A Administração avalia essas diferenças temporárias regularmente e ajusta o ativo fiscal diferido não reconhecido no período em que a Administração determina que seja provável que parte dos ativos seja realizada.

16 PROVISÃO PARA FECHAMENTO E RESTAURAÇÃO DE MINAS

	2019	2018
Saldo no início do exercício	99.582	70.490
Atualização monetária	9.445	2.718
Atualização nas estimativas	9.861	14.144
Mudança na estimativa Cuidado e manutenção	(1.177)	-
Impacto da conversão cambial - CTA	3.782	12.230
Saldo no final do exercício - não circulante	121.493	99.582
Menos: parcela circulante	-	-
	121.493	99.582

A provisão para fechamento e restauração de minas está relacionada aos custos de fechamento e restauração ambiental associados às operações de mineração. As provisões foram registradas pelos seus valores presentes líquidos, utilizando taxas de desconto baseadas em taxas livres de risco de 4,4%, 7,14% e 8,86% para Brasil, México e Honduras, respectivamente. As provisões foram remensuradas em cada data base de relatório, com a atualização monetária sendo registrada como despesa financeira. O aumento no valor estimado em 2019 foi impulsionado principalmente pelas mudancas nas taxas de desconto e de inflação em todos os locais, e no aumento dos custos adicionais para a Mina de Aranzazu, devido à atividade em todo o ano desde o início da produção comercial.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

17 **OUTRAS PROVISÕES**

	Benefícios de longo	Provisão para	
9	prazo a empregados	demandas judiciais	Total
Em 31 de dezembro de 2017	19.881	4.820	24.701
Serviço periódico e despesa financeira	4.200	ā	4.200
Movimentação na provisão para o exercício	=	(3.562)	(3.562)
Ganho (perda) atuarial	(2.696)	ox 51500	(2.696)
Liquidação durante o exercício	(1.105)	20	(1.105)
Variação cambial	(279)	m m	(279)
Impacto da conversão cambial - CTA	3.438	722	4.160
Em 31 de dezembro de 2018	23.439	1.980	25.419
Serviço periódico e despesa financeira	3.456	20	3.456
Movimentação na provisão para o exercício	1.669	(691)	978
Ganho (perda) atuarial	3.123	EN 2282	3.123
Liquidação durante o exercício	(2.804)	a a	(2.804)
Variação cambial	(494)	(40)	(534)
Impacto da conversão cambial - CTA	914	73	987
Em 31 de dezembro de 2019	29.303	1.322	30.625

A responsabilidade por benefícios de longo prazo a empregados existe como resultado de requisitos legais em Honduras e no México, pelos quais as empresas são obrigadas a pagar uma indenização com base nos anos de serviço prestado por um funcionário, independentemente da causa da rescisão.

A avaliação atuarial mais recente da provisão para benefícios de longo prazo a empregados foi realizada em 31 de dezembro de 2019. As principais premissas utilizadas para fins de avaliação atuarial foram as seguintes:

	2019	2018
Taxa de desconto	8,60%	10,00%
Percentual de aumento salarial (administrativo)	7,50%	7,50%
Percentual de aumento salarial (operação)	7,50%	7,50%
Inflação no longo prazo	5,00%	5,00%

18 **OUTROS PASSIVOS**

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Royalty NSR (Nota 18 (a))	4.768	8.098
Obrigação de pagamento de arrendamento (Nota 18 (b))	5.324	-
Total de outros passivos	10.092	8.098
Menos: outros passivos correntes	(7.835)	(5.215)
	2.257	2.883

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Royalty NSR a)

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Saldo no início do exercício	8.098	11.042
Atualização monetária	324	253
Pagamento de royalties	(3.704)	(4.930)
Revisão de estimativa	(248)	120
Impacto da conversão cambial - CTA	297	1.613
Saldo no final do exercício	4.768	8.098
Menos: parcela circulante	(4.768)	(5.215)
	-	2.883

Em 2011, a Companhia concluiu uma reestruturação de suas obrigações contratuais, que resultou na liquidação da contraprestação diferida e na concessão de um NSR Royalty igual a 1,5% nas vendas líquidas da Mina de San Andres, da Mina de São Francisco e da antiga Mina de São Vicente da Companhia, com início em 1 de março de 2013 e até um montante acumulado de royalties de US\$ 16,0 milhões (R\$ 32,2 milhões). O passivo foi registrado pelo seu valor presente líquido utilizando uma taxa de desconto de 5% (2018: 5%). O passivo é remensurado a cada data base de relatório, com as despesas de atualização monetária e a revisão da estimativa registradas nas despesas financeiras e outras receitas, respectivamente. O valor total não descontado da obrigação estimada em 31 de dezembro de 2019 é de aproximadamente R\$ 4.913 e espera-se que seja incorrido até 2020.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou despesas de atualização monetária de R\$ 324 (2018: R\$ 253) dentro de despesas financeiras e uma variação no ganho estimado de R\$ 248 (2018: uma variação no ganho estimado de R\$ 120), dentro de outras receitas (despesas) nas demonstrações consolidadas do resultado.

Posteriormente a 31 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou um pagamento de royalties de US\$ 416 mil (R\$ 1.677).

b) Obrigação de pagamento de arrendamento

	Saldo em 31 de
	dezembro de 2019
Saldo em 1 de janeiro de 2019	3.414
Adição de obrigação de arrendamento	1.763
Atualização monetária	193
Pagamentos de arrendamento	(2.063)
Impacto da conversão cambial - CTA	2.017
Saldo no final do exercício	5.324
Menos: parcelas de curto prazo	(3.067)
	2.257

Conforme observado na Nota 5a, a Companhia adotou o IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019. Com a adoção do IFRS 16, a Companhia reconheceu passivos de arrendamento em relação a arrendamentos que eram anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com os princípios do IAS 17. Esses passivos eram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento individual, se a taxa pudesse ser prontamente determinada, ou as taxas de juros incrementais sobre empréstimos da Companhia, se a taxa não pudesse ser prontamente determinada, a partir de 1º de janeiro de 2019. A taxa de desconto pela média ponderada aplicada aos passivos de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 era de 8%. Os passivos de arrendamento estão agora incluídos dentro de passivo circulante e não circulante nos Balanços Patrimoniais Consolidados.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A despesa financeira ou a amortização do desconto no passivo de arrendamento é contabilizada nas Demonstrações Consolidadas do Resultado e Resultado Abrangente, utilizando o método dos juros efetivos.

A tabela a seguir resume os valores contábeis dos passivos de arrendamento da Companhia, mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes dos arrendamentos, que são reconhecidos nos Balanços Patrimoniais Consolidados a partir de:

	Saldo em 31 de	
	dezembro de 2019	
Parcela de curto prazo do passivo de arrendamento	(3.067)	
Parcela de longo prazo do passivo de arrendamento	(2.257)	
	(5.324)	

A tabela abaixo analisa os passivos de arrendamento da Companhia em grupos de datas de vencimento contratuais relevantes com base no período remanescente na data dos Balanços Patrimoniais Consolidados até a data de vencimento contratual do arrendamento. Os valores mostrados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos de arrendamento, como segue:

	Dentro	2 a 3	4 a 5	Fluxos de Caixa	Quantidade de
	1 ano	anos	anos	contratuais totais	transporte
Passivos de arrendamento	2.594	3.454	579	6.627	5.324
	2.594	3.454	579	6.627	5.324

19 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social autorizado

A Companhia autorizou um número ilimitado de ações ordinárias.

b) Consolidação de ações

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia concluiu a consolidação das ações ordinárias emitidas e em circulação da Companhia com base em 1 (uma) ação pós-consolidação para cada 10 (dez) ações pré-consolidação. O total de ações ordinárias em circulação após a consolidação foi de 4.337.733.

Todas as informações nestas demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em uma base pósconsolidação de ações. Como resultado da consolidação das ações, o número, a base de troca ou o preço de exercício de todas as opções de ações e bônus de subscrição foram ajustados para refletir a Consolidação das Ações a dez por uma.

c) Opções de compra de ações

A movimentação das opções de ações da Companhia emitidas e em circulação é a seguinte, em quantidade de opções e em dólares canadenses ("CAD\$"):

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Quantidade de	Preço médio
	opções	ponderado CAD\$
Saldo em 31 de dezembro de 2017	71.390	17,12
Concedidas	177.981	22,78
Exercidas	(2.400)	9,05
Canceladas / Expiradas	(28.180)	29,41
Saldo em 31 de dezembro de 2018	218.791	20,23
Concedidas	65.872	23,50
Exercidas	(16.132)	10,57
Canceladas / Expiradas	(40.181)	11,91
Saldo em 31 de dezembro de 2019	230.150	22,62

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía 230.150 opções emitidas e em circulação da seguinte forma:

Preço de exercício			Prazo contratual	
em CAD\$	Opções em circulação	Opções exercíveis	remanescente (anos)	Data de vencimento
19,81	1.325	1.325	1,98	21 de março de 2021
14,15	5.565	5.565	1,98	21 de março de 2021
24,53	2.120	2.120	1,98	21 de março de 2021
23,50	130.118	-	7,21	12 de junho de 2026
23,50	71.272	-	7,52	5 de outubro de 2026
20,30	19.750	19.750	2,41	26 de agosto de 2026
	230.150	28.760		

O valor justo na data da concessão é determinado de forma independente usando o modelo Black-Scholes. Os dados do modelo para as opções concedidas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 incluem:

	2019	2018
Volatilidade esperada	74%	89%
Taxa de juros livre de risco	1,24%	2,90%
Preço médio ponderado das ações para as opções concedidas	CAD \$22.29	CAD \$22.78
Vida esperada em anos	5,6	4,4
Taxa prevista de cancelamento	12%	12%
Rendimento esperado do dividendo	0%	0%

d) Despesa com pagamento baseado em ações

A despesa com pagamento baseado em ações é mensurada ao valor justo e reconhecida durante o período de aquisição de direitos a partir da data da concessão. Nos doze meses findos em 31 de dezembro de 2019, as despesas de pagamento com base em ações reconhecidas nas despesas gerais e administrativas foram de R\$ 1.773 (2018: R\$ 1.809).

Durante os doze meses findos em 31 de dezembro de 2019, a Companhia concedeu 65.872 opções de ações (2018: a Companhia concedeu 177.981 opções de ações).

e) Dividendos declarados

A Companhia declarou dividendos de R\$ 12.524 a serem pagos em 2020 com a provisão incluída no item outras contas a pagar do Balanço Patrimonial.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

20 RECEITA

	2019	2018
Descite de core	621.712	F07.077
Receita de ouro	631.713	587.077
Receita de concentrados de cobre & ouro	280.788	8.501
Outros	(14.193)	(24.852)
	898.308	570.726

21 CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS POR NATUREZA

	2019	2018
Custos diretos de minas e usinas	380.970	331.348
Custos diretos de minas e usinas – Empreiteiros	161.583	73.805
Custos diretos de minas e usinas – Salários	72.827	48.286
Depreciação e amortização	88.370	57.158
	703.750	510.597

Os custos diretos de minas e usinas incluem benefícios de funcionários em 2019 e 2018.

22 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Salários, ordenados e benefícios	21.447	14.645
Honorários profissionais e de consultoria	12.258	14.914
Taxas legais, de arquivamento, listagem e transferência de agentes	1.125	1.837
Cobertura de seguros	3.607	2.948
Honorários de diretoria	663	616
Custo de ocupação	703	1.133
Combinação de negócios	-	2.354
Despesas com viagem	2.092	1.512
Despesa com pagamento baseado em ações	1.773	1.809
Depreciação e amortização	103	120
Despesa com depreciação de arrendamento	403	-
Outras	2.635	968
	46.809	42 856

23 DESPESAS DE TRATAMENTO E MANUTENÇÃO

	2019	2018
Mina de Aranzazu	-	2.583
Projetos Rio Novo	964	3.522
Projetos Brasileiros	4.839	13.008
	5.803	19.113

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

24 GASTOS COM EXPLORAÇÃO

	2019	2018
Mina de San Andres	949	2.912
Projetos Brasileiros	11.781	10.910
Mina de Aranzazu	1.090	229
	13.820	14.051

25 DESPESAS FINANCEIRAS

	2019	2018
Daniera da aktolica e a constácia	0.252	2 722
Despesa de atualização monetária	9.352	2.732
Despesa de juros de arrendamento	196	- - 07F
Encargos financeiros sobre empréstimos (Nota 14)	11.873	5.875
Despesa financeira de benefícios pós-emprego	3.475	2.054
Outras despesas de juros e financeiras	6.378	2.512
	31.274	13.173

26 OUTRAS RECEITAS (DESPESAS), LÍQUIDAS

	2019	2018
Perda líquida em opções de compra e contratos a preço fixo	(20.482)	1.334
Ganhos na alienação de bens	(434)	4.805
Ganho (perda) cambial	(8.991)	(2.508)
Outros itens	(2.771)	504
	(32.678)	4.135

27 INFORMAÇÕES SOBRE FLUXO DE CAIXA

a) Itens que não afetam caixa

	2019	2018
Imposto de renda corrente e diferido	(39.870)	21.184
Reversão de perda por redução ao valor recuperável "impairment" (nota 12)	150 S	(204.342)
Depreciação, amortização e exaustão	88.347	55.830
Atualização monetária	9.945	2.718
Reversão de ajuste de conversão cambial relacionada à Serrote		51.742
Ganho na aquisição da Rio Novo Gold Inc.		(71.288)
Ganho na venda da Mineração Vale Verde Ltda. (Serrote)		(12.838)
Serviço periódico, serviço passado e despesa financeira com benefícios pós-emprego	5.152	4.200
Despesa com pagamento baseado em ações (nota 19(d))	1.773	1.809
Atualização da provisão para fechamento das minas	(1.177)	(7.652)
Ganho (perda) variações cambiais	7.027	1.282
Perda venda de ativos	428	2.506
(Ganhos) perdas não realizadas de contratos de opção de compra e preço fixo	(2.811)	554
Encargos financeiros sobre empréstimos	11.700	
Outros itens que não afetam caixa	(936)	(3.431)
	79.578	(157.726)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

b) Variações no capital de giro

	2019	2018
(Aumento) em contas a receber e outras contas a receber	(39.234)	(41.177)
(Aumento) redução em estoques	3.309	13.767
Aumento (redução) em fornecedores e outras contas a pagar	3.954	44.780
	(31.971)	17.370

c) Informações complementares sobre fluxo de caixa

	2019	2018
Variações em outros ativos e passivos consistem em:		
Redução (aumento) em ativos realizáveis a longo prazo	5.487	14.002
Redução (aumento) em despesas antecipadas	(2.416)	(8.662)
Outros itens	(2.925)	(2.168)
	146	3.172

d) As atividades de investimento e financiamento não monetárias consistem em:

		2019	2018
Adição não monetária de ativo imobilizado	12	15.040	-
Dividendos declarados a pagar		12.524	_

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

e) Reconciliação dos empréstimos

		Capital de Giro	
	Empréstimos	Linha a Pagar	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	55.035	31.026	86.061
Variações dos fluxos de caixa de financiamento:			
Pagamento de empréstimos de curto prazo	(39.330)	(27.478)	(66.808)
Empréstimo IXM S.A. (anteriormente Louis Dreyfus)	79.066	-	79.066
Juros de empréstimos pagos	(7.270)	(1.637)	(8.907)
	87.501	1.911	89.412
Outras Variações:			
Encargos financeiros sobre empréstimos	7.394	1.594	8.988
Nota Promissória da Rio Novo	11.608	-	11.608
Impacto da conversão cambial (CTA)	6.695	1.871	8.566
Saldo em 31 de dezembro de 2018	113.198	5.376	118.574
Variações dos fluxos de caixa de financiamento:			
Pagamento de empréstimos de curto prazo	(3.069)	(5.733)	(8.802)
Pagamento de nota promissória da Rio Novo	(2.859)	-	(2.859)
Pagamento de Banco Atlantida	(1.434)	-	(1.434)
Pagamento de Banco ABC Brasil 1º Empréstimo	(4.395)	-	(4.395)
Pagamento de empréstimo IXM S.A. (anteriormente Louis Dreyfus)	(16.540)	-	(16.540)
Valor recebido pela obtenção de empréstimos de Santander Brasil	16.975	-	16.975
Valor recebido pela obtenção de empréstimos de Banco ABC Brasil	25.968	-	25.968
Valor recebido pela obtenção de empréstimos de FIFOMI	14.796	-	14.796
Valor recebido pela obtenção de empréstimos de Votorantim	14.292	-	14.292
Valor recebido pela obtenção de empréstimos de Banco Occidente 3º			
Empréstimo	7.842	-	7.842
Juros de empréstimos pagos	(9.353)	-	(9.353)
	155.421	(357)	155.063
Outras Variações:			
Encargos financeiros sobre empréstimos	11.595	106	11.701
Impacto da conversão cambial (CTA)	6.119	251	6.371
Saldo em 31 de dezembro de 2019	173.135	-	173.135

28 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com o IFRS 9, a Companhia registra o valor justo dos instrumentos de contratos a preço fixo e instrumentos de opções de compra / venda no final do período de relatório como um ativo (caixa) ou um passivo (não caixa). O valor justo é calculado como a diferença entre um preço baseado no mercado e o preço contratado. No final do período de relatório, um ganho ou perda correspondente é registrado nas Demonstrações Consolidadas do Resultado como outros (ganhos) perdas.

Para os contratos a preço fixo e opções de venda / compra dos derivativos de ouro, esses derivativos são significativamente direcionados pelo preço de mercado do ouro. Conforme observado na seção (h) abaixo, esses derivativos são considerados como investimentos de Nível 2.

a) Contrato a preço fixo

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía contratos a preço fixo em aberto.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía 14.800 onças de contratos a preço fixo a vencer, a um preço médio de US\$ 1.215,00 por onça de ouro. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou um passivo derivativo para esses contratos a preço fixo em aberto de R\$ 3.511.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia firmou contratos a preço fixo para proteger 18.500 onças de ouro com vencimento entre 31 de janeiro e 30 de novembro de 2019, a um preço médio de US\$ 1.330,00 por onça de ouro. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou perdas realizadas de R\$ 7.566.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia firmou contratos a preço fixo para proteger 124.545,53 onças de ouro com vencimento entre 31 de janeiro e 31 de dezembro de 2018, a um preço médio de US\$ 1.275,00 por onça de ouro. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou perdas realizadas de R\$ 4.266.

b) Contratos de opção de compra / venda

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía 24.500 onças com preços mínimos entre US\$ 1.350,00 e US\$ 1.480,00 e preços máximos entre US\$ 1.475,00 e US\$ 1.700,00 por onça de ouro, com vencimento entre 31 de janeiro de 2019 e 31 de julho de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrava um passivo derivativo nessas opções em aberto de R\$ 508.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia contratou collars de opções de venda / compra a custo zero, em um total de 88.000 onças com preço mínimo entre US\$ 1.260,00 e US\$ 1.490,00 e preço máximo entre US\$ 1.310,00 e US\$ 1.700,00 por onça de ouro, com vencimento entre 29 de março de 2019 e 31 de julho de 2020. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou uma perda realizada de R\$ 14.324.

Em 31 de dezembro de 2018, não havia collars de opções de venda / compra a custo zero em aberto.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia celebrou collars de opções de venda / compra a custo zero, em um total de 26.000 onças com preço mínimo entre US\$ 1.230,00 e US\$ 1.320,00 e preço teto entre US\$ 1.309,00 e US\$ 1.480,00 por onça de ouro com vencimento entre 31 de julho e 31 de outubro de 2018. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não registrou ganhos ou perdas.

c) Risco de crédito

Risco de crédito representa o risco de um terceiro não honrar suas obrigações com a Companhia sob os termos do instrumento financeiro correspondente. O risco de crédito da Companhia é limitado a contas a receber, contratos de derivativos e aplicações financeiras em títulos no curso normal dos negócios. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia considera baixo o risco de crédito com esses contratos financeiros.

d) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não conseguir cumprir suas obrigações financeiras no vencimento. A Companhia gerencia seu risco de liquidez por meio de um rigoroso processo de planejamento e orçamento, que é revisado e atualizado regularmente, para ajudar a determinar os requisitos de financiamento para apoiar as operações atuais da Companhia e seus planos de expansão e desenvolvimento, além de gerenciar sua estrutura de capital conforme descrito na *Nota 29*.

O objetivo da Companhia é garantir que haja recursos financeiros comprometidos suficientes para atender aos requisitos de negócios de curto prazo por um período mínimo de doze meses. No curso normal dos negócios, a

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Companhia celebra contratos que dão origem a compromissos para pagamentos futuros, conforme divulgado na tabela a seguir:

		2 a 3	4 a 5	Mais de 5	
	Dentro de 1 ano	anos	anos	anos	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	229.718	-	-	-	229.718
Passivos financeiros derivativos	915	-	-	-	915
Pagamentos de empréstimos de curto prazo e empréstimo em our	89.095	73.580	10.460	-	173.135
Provisão para fechamento e restauração de minas	-	13.849	11.467	96.177	121.493
Outros passivos e arrendamentos	7.836	2.257	-	-	10.093
	327.564	89.686	21.927	96.177	535.354

e) Risco de moeda

As operações da Companhia estão localizadas em Honduras, Brasil e México; portanto, as exposições ao risco cambial surgem de transações denominadas em moedas estrangeiras. Embora as vendas da Companhia sejam denominadas em dólares dos EUA, algumas das despesas operacionais da Companhia são denominadas em moedas estrangeiras, principalmente a Lempira hondurenha, o real brasileiro, o peso mexicano e o dólar canadense.

Os instrumentos financeiros que impactam o resultado da Companhia ou outros resultados abrangentes devido a variações cambiais incluem: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos de longo prazo, contas a pagar e outras contas a pagar, empréstimos de curto prazo e outras provisões denominadas em moedas estrangeiras.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía caixa e equivalentes de caixa de R\$ 156.673, dos quais R\$ 48.904 em dólares dos EUA, R\$ 13.063 em dólares canadenses, R\$ 61.335 em reais brasileiros, R\$ 25,406 em lempiras hondurenhas e R\$ 7.965 em pesos mexicanos. Um aumento ou redução de 10% na taxa de câmbio do dólar dos EUA para as moedas listadas acima teria aumentado ou diminuído o ganho da Companhia no exercício em R\$ 10.542.

f) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros geralmente está associado a instrumentos financeiros de taxa variável e às taxas de juros de mercado disponíveis no momento em que os instrumentos financeiros são adquiridos. A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros sobre seu caixa e equivalentes de caixa, uma vez que detém uma parcela de caixa e equivalentes a caixa e caixa restrito em contas bancárias que geram taxas de juros variáveis. Alguns dos empréstimos no México têm uma taxa de juros variável baseada na LIBOR mais 7,0% ou TIEE mais 4,2%. A Companhia monitora sua exposição a taxas de juros e não possui contratos de derivativos para gerenciar esse risco.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, um aumento ou redução nas taxas de juros de 100 pontos base (1%) aumentaria ou reduziria o lucro líquido e o resultado abrangente do ano em R\$ 1.175.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, um aumento ou redução nas taxas de juros de 100 pontos base (1%) para os empréstimos no México com LIBOR mais 7,0% aumentaria ou reduziria o lucro líquido e o resultado abrangente do ano em R\$ 710.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, um aumento ou redução nas taxas de juros de 100 pontos base (1%) para os empréstimos no México com TIEE mais 4,2% aumentaria ou reduziria o lucro líquido e o resultado abrangente do ano em R\$ 71.

g) Risco de preço de commodities

A Companhia está sujeita ao risco de preço devido a flutuações nos preços de mercado de ouro, cobre e outros metais. Historicamente, os preços do ouro, cobre e outros metais flutuaram amplamente e são afetados por vários fatores fora do controle da Companhia.

A rentabilidade das operações da Companhia está altamente correlacionada com os preços de mercado desses metais, assim como a capacidade da Companhia de desenvolver suas outras propriedades.

Uma mudança de 10% no preço médio da commodity ouro para o ano, com todas as outras variáveis mantidas constantes, resultaria em um impacto no lucro líquido e no resultado abrangente da Companhia em 2019 de R\$ 61.329. Uma mudança de 10% no preço médio da commodity cobre para o ano, com todas as outras variáveis mantidas constantes, resultaria em um impacto no lucro líquido e no resultado abrangente da Companhia em 2019 de R\$ 27.887.

h) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

A classificação dos ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo ou custo amortizado, de forma recorrente em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, estão sumarizados na tabela a seguir:

		Classificação de instrumentos				
	Nível	financeiros	31 de dezembr	o de 2019	31 de dezeml	oro de 2018
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	N/A	Valor Justo	156.673	156.673	40.713	40.713
Impostos a recuperar	N/A	Custo amortizado	134.871	134.871	118.135	118.135
Aplicações financeiras	1	Valor Justo	-	-	39.321	39.321
Outros créditos	N/A	Custo amortizado	2.181	2.181	15.538	15.538
Derivativos ativos	2	Valor Justo	-	-	-	-
Outros ativos	N/A	Custo amortizado	3.450	3.450	3.359	3.359
			297.175	297.175	217.066	217.066
Passivos financeiros						
Ao valor justo por meio do resultado						
Passivos derivativos	2	Valor Justo	915	915	3.511	3.511
Outros passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	N/A	Custo amortizado	229.718	229.718	195.321	195.321
Empréstimos de curto prazo	N/A	Custo amortizado	89.095	89.095	40.957	40.957
Empréstimos de longo prazo	N/A	Custo amortizado	84.040	84.040	72.060	72.060
Linha de capital de giro a pagar à Yamana	N/A	Custo amortizado	-	-	5.556	5.556
Outras provisões	3	Valor Justo	29.303	29.303	25.419	25.419
Outros passivos	3	Valor Justo	4.768	4.768	8.098	8.098
			437.839	437.839	350.922	350.922

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia mensura alguns de seus ativos e passivos financeiros ao valor justo de forma recorrente e estes são classificados na sua totalidade com base no nível mais baixo de dados, significativo para a mensuração do valor justo. Certos ativos e passivos não financeiros também podem ser mensurados ao valor justo de forma não recorrente. Existem três níveis da hierarquia do valor justo que priorizam as informações nas técnicas de avaliação usadas para mensurar o valor justo, sendo que as informações de nível 1 têm a maior prioridade. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: Nível 1, que são dados sobre preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; Nível 2, que são dados diferentes dos preços cotados no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e Nível 3, que são dados para o ativo ou passivo que não são baseadas em dados de mercado observáveis.

A Companhia classifica ativos e passivos derivativos no Nível 2 da hierarquia do valor justo, pois são avaliados usando modelos de precificação que requerem uma variedade de informações, como o preço esperado do ouro.

A Companhia classificou suas outras provisões e outros passivos no Nível 3, pois não existem dados de mercado observáveis para os dados de valor justo. A Companhia utiliza um modelo de fluxo de caixa descontado para determinar o valor justo. Os principais dados para o nível 3 são as taxas de desconto, taxas de inflação de longo prazo, taxas de aumento salarial, preço esperado do ouro e a produção esperada.

29 **GERENCIAMENTO DO CAPITAL**

Os objetivos da Companhia na gestão de capital são garantir a manutenção de liquidez suficiente a fim de desenvolver e operar adequadamente seus projetos atuais e buscar iniciativas estratégicas de crescimento, garantir que os requisitos de capital impostos externamente relacionados a quaisquer obrigações de empréstimos sejam cumpridos e fornecer retornos aos acionistas e benefícios para outras partes interessadas ("stakeholders"). Ao avaliar a estrutura de capital da Companhia, a Administração inclui em sua avaliação os componentes do patrimônio líquido e de empréstimos de longo prazo. A Companhia administra sua estrutura de capital considerando mudanças nas condições econômicas, nas características de risco dos ativos envolvidos e nos requisitos de liquidez da Companhia. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode ser obrigada a emitir ações ordinárias ou dívida, amortizar empréstimos existentes, adquirir ou vender ativos ou ajustar valores de determinados investimentos.

Para facilitar o gerenciamento de capital, a Companhia elabora orçamentos anuais que são atualizados periodicamente se as mudanças nos negócios da Companhia forem consideradas significativas. O Conselho de Administração da Companhia revisa e aprova todos os orçamentos operacionais e de capital, bem como a celebração de quaisquer obrigações de empréstimos relevantes e quaisquer transações relevantes fora do curso normal dos negócios, incluindo alienações, aquisições e outros investimentos ou desinvestimentos. Antes de 2019, para maximizar os esforços contínuos de desenvolvimento, a Companhia não pagou dividendos. No entanto, no final de 2019, a Companhia declarou dividendos em 31 de dezembro de 2019 a serem pagos em janeiro de 2020 por um montante de R\$ 12.524, que estão refletidos na rubrica outras contas a pagar e outros passivos no Balanço Patrimonial Consolidado

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

30 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A remuneração total paga ao pessoal-chave da Administração, remuneração dos diretores e outros executivoschave da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é a seguinte:

	2019	2018
Salários e benefícios de curto prazo a empregados	9.533	9.262
Pagamentos baseados em ações	2.236	1.267
Benefícios de rescisão	1.372	-
	13.141	10.529

Pagamento dos royalties Irajá

Como parte da transação EPP com Yamana Gold Inc. ("Yamana"), a controlada Apoena assinou um contrato de royalties (o "Contrato de Royalties EPP"), datado de 21 de junho de 2016, com Serra da Borda Mineração e Metalurgia S.A. ("SBMM"), empresa controlada da Yamana. A partir de 21 de junho de 2016, Apoena deveria pagar para a SBMM royalties iguais a 2,0% da receita líquida (deduzindo custos de refino e transporte) da fundição de todo o ouro extraído ou beneficiado pela Apoena, vendido ou considerado como vendido pela Apoena, até o limite de 1.000.000 onças, sendo que a partir desse limite os royalties serão reduzidos para 1,0%.

Em 27 de outubro de 2017, SBMM assinou um contrato (o "Contrato de Troca de Royalties") com Irajá Mineração Ltda. ("Irajá"), uma empresa controlada por Paulo de Brito, uma empresa terceira, pela troca do Contrato de Royalties EPP pelo Royalty RDM (como definido no Contrato de Troca de Royalties), com nenhuma alteração nos termos e no cálculo dos royalties. A Companhia incorreu em despesas relacionadas a royalties no valor de R\$ 5,6 milhões em 2019 e tem um passivo em aberto em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 578.

Nota promissória para a Rio Novo

Ao concluir a combinação de negócios com a Rio Novo, a Companhia assumiu as obrigações das notas promissórias emitidas pela Rio Novo em favor da Northwestern (Nota 14), que foram liquidadas em 2019.

31 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais reportáveis foram identificados como a Mina de San Andres, as Minas Brasileiras, a Mina de Aranzazu, Corporativo e Projetos Rio Novo. A Companhia gerencia seus negócios, incluindo a alocação de recursos e avaliação de desempenho, projeto por projeto, exceto onde os projetos da Companhia estão substancialmente conectados e compartilham recursos e funções administrativas. Os segmentos apresentados refletem a maneira pela qual a Administração da Companhia avalia seu desempenho de negócios. O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. A gerência executiva é responsável por alocar recursos e avaliar o desempenho dos segmentos operacionais.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as informações por segmento são as seguintes:

	Minas de San	Minas	Mina de		Projeto Rio	
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019	Andres	Brasileiras	Aranzazu	Corporativo	Novo (1)	Total
Vendas a clientes externos	316.057	301.463	280.788	(=)	-	898.308
Custo de produção	212.643	208.383	194.354	-	70	615.380
Depreciação, amortização e exaustão	26.625	34.262	27.483	-	=	88.370
Lucro bruto	76.789	58.818	58.951	=	=	194.558
Despesas de tratamento e manutenção		(4.839)	3	H	(964)	(5.803)
Perda realizada com contratos a preço fixo	(4.599)	(2.871)	(159)	(14.466)	08 0060 #	(22.095)
Outras despesas	(15.866)	(38.175)	(30.938)	(17.638)	131	(102.486)
Resultado antes do imposto de renda	56.324	12.933	27.854	(32.104)	(833)	64.174
Imposto de renda	(22.110)	(11.722)	75.991	(117)	(2.005)	40.037
Lucro líquido (prejuizo) do exercício	34.214	1.211	103.845	(32.221)	(2.838)	104.211
Imobilizado	162.312	111.211	368.040	584	214.361	856.508
Total do ativo	301.762	314.507	525.508	56.067	214.953	1.412.797
CAPEX	10.426	21.240	67.923	100	3.909	103.497

(1) Os Projetos Rio Novo não são projetos em operação e não estão gerando receitas. A Administração mantém esses ativos em tratamento e manutenção.

	Minas de San	Minas	Mina de		Projeto Rio	
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018	Andres	Brasileiras	Aranzazu	Corporativo	Novo	Total
Vendas a clientes externos	297.567	264.659	8.501	120	120	570.726
Custo de produção	255.795	192.557	5.087		100	453.439
Depreciação, amortização e exaustão	28.125	28.005	1.028	8.00	(5)	57.158
Lucro Bruto	13.647	44.097	2.385	-	-	60.129
Despesas de tratamento e manutenção	ш	(11.447)	(2.584)	(1.561)	(3.522)	(19.113)
Perda realizada com contratos a preço fixo	(4.158)	(1.353)	350	10.452	198	4.941
Outras despesas	(13.089)	(20.030)	198.783	(113)	289	165.840
Resultado antes do imposto de renda	(3.601)	11.267	198.585	8.779	(3.233)	211.797
Imposto de renda	(4.024)	3.927	(14.726)	(5.445)	1.448	(18.820)
Lucro líquido (prejuizo) do exercício	(7.625)	15.194	183.859	3.334	(1.785)	192.977
Imobilizado	168.616	114.082	310.275	-	202.125	795.097
Total do ativo	286.247	252.579	370.249	56.030	202.350	1.167.454
CAPEX	26.575	22.098	64.421	1070	4.246	117.341

As receitas da Mina de San Andres e das Minas Brasileiras estão relacionadas à venda de ouro refinado. A receita da Mina de Aranzazu está relacionada à venda de concentrado de cobre. As receitas da Companhia estão concentradas em um número reduzido de clientes e a Administração monitora continuamente o relacionamento com seus clientes.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

32 COMPROMISSOS E CONTINGÊNCIAS

Contingências

Certas condições podem existir na data destas demonstrações financeiras, o que pode resultar em uma perda para a Companhia no futuro, quando certos eventos ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A Companhia avalia em cada data base de relatório suas perdas contingentes relacionadas a processos judiciais em andamento, avaliando a probabilidade de tais processos, bem como os valores reivindicados ou esperados.

Provisão de R\$ 1.322 (2018: R\$ 1.980) para perdas contingentes relacionadas a ações judiciais em andamento está incluída em outras provisões em 31 de dezembro de 2019.

33 LUCRO POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos proprietários da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o ano.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir que todos os instrumentos conversíveis até o vencimento tenham sido convertidos na determinação do lucro por ação diluído se estiverem dentro do dinheiro, exceto onde tal conversão seria anti diluidora. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía um total de 28.760 opções de ações e 12.653 unidades de ações diferidas ("DSUs") que estavam dentro do dinheiro e consideradas no cálculo do lucro diluído por ação.

A tabela a seguir resume as atividades dos exercícios findos em 31 de dezembro:

	31 de dezembro de	31 de dezembro de
	2019	2018
Lucro líquido do exercício	104,211	192,977
Média ponderada das ações ordinárias em circulação - Básico	4,352,981	4,145,091
Lucro por ação (em R\$) - Básico	23.94	46.56
Lucro líquido do exercício	104,211	192,977
Média ponderada das ações ordinárias em circulação - Básico	4,352,981	4,145,091
Instrumentos conversíveis - efeito diluidor	41,413	58,838
Média ponderada das ações ordinárias em circulação - Diluído	4,394,394	4,203,929
Lucro por ação (em R\$) - Diluído	23.71	45.90

34 EVENTOS SUBSEQUENTES

Refinanciamento Banco Santander

Em janeiro de 2020, a Apoena e o Banco Santander Brasil chegaram a um acordo para refinanciar um contrato de empréstimo no valor de US\$ 4,5 milhões (R\$ 19,2 milhões). O empréstimo possui uma taxa de juros anual de 7,18%, com vencimento em janeiro de 2021.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Possível aquisição da Para Resources

Em 10 de fevereiro de 2020, a Companhia assinou um termo vinculante para comprar uma mina de ouro no Arizona, EUA, chamada Gold Road, da Para Resources. A transação ainda está pendente de diligência legal, entre outras medidas, e deve ser fechada no início de março de 2020.

A aquisição será por um preço de US\$ 1,00 e a Companhia assumirá uma dívida "non recourse" de US\$ 35,0 milhões (R\$ 151,2 milhões), com opção de pré-pagamento por US\$ 24,0 milhões (R\$ 103,7 milhões) durante o primeiro ano.